

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Setembro/2016

MINISTRO DA FAZENDA
Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIOS
Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel
Pricilla Maria Santana

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Diego Oliveira Faria
Fábio Felipe Dâquilla Prates
Fernando Almeida Barbalho
Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Ceccato
Karla de Lima Rocha
Jailison Weilly Silveira
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 22, n. 8 (Agosto 2016). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	8
Despesas do Governo Central.....	9
Previdência Social.....	12
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	13
Receitas do Governo Central.....	14
Transferências do Tesouro Nacional.....	15
Despesas do Governo Central.....	16
Previdência Social.....	17
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	18
Receitas do Governo Central.....	19
Transferências do Tesouro Nacional.....	20
Despesas do Governo Central.....	21
Previdência Social.....	22

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1



Tabela 1.8 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	12
Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar.....	10
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência.....	13
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	16

Boxes desta Edição

Boxe 1 - Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º Bimestre de 2016.....	23
---	----

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan-Ago 2015	Jan-Ago 2016	Dife- rença	% Nomi- nal	% Real (IPCA)	Ago 15	Ago 16	Dife- rença	% Nomi- nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	827.393,6	844.437,1	17.043,5	2,1%	-6,7%	95.442,5	91.314,6	-4.127,9	-4,3%	-12,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	138.189,0	137.606,3	-582,6	-0,4%	-9,2%	16.242,8	16.331,3	88,5	0,5%	-7,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	689.204,7	706.830,8	17.626,1	2,6%	-6,3%	79.199,7	74.983,2	-4.216,4	-5,3%	-13,1%
IV. DESPESA TOTAL	703.169,0	778.249,6	75.080,6	10,7%	1,1%	84.260,4	95.329,1	11.068,7	13,1%	3,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-13.964,3	-71.418,8	-57.454,5	411,4%	384,7%	-5.060,7	-20.345,9	-15.285,1	302,0%	268,9%
Tesouro Nacional e Banco Central	30.600,2	16.155,5	-14.444,7	-47,2%	-51,1%	92,8	-5.031,6	-5.124,4	-	-
Previdência Social (RGPS)	-44.564,6	-87.574,3	-43.009,8	96,5%	79,1%	-5.153,5	-15.314,2	-10.160,7	197,2%	172,7%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,4%	-1,8%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	31.145,4	16.637,7	-14.507,6	-46,6%	-50,6%	290,9	-4.879,7	-5.170,6	-	-
Resultado do Banco Central	-545,2	-482,2	62,9	-11,5%	-20,9%	-198,1	-151,9	46,1	-23,3%	-29,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-44.564,6	-87.574,3	-43.009,8	96,5%	79,1%	-5.153,5	-15.314,2	-10.160,7	197,2%	172,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em agosto de 2016, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 20,3 bilhões, contra déficit de R\$ 5,1 bilhões em agosto de 2015. Esta evolução é explicada pelo aumento de R\$ 11,1 bilhões (13,1%) na despesa total e pela redução de R\$ 4,2 bilhões (5,3%) na receita líquida. Em termos reais, a despesa total apresentou crescimento de 3,8% e a receita líquida apresentou redução de 13,1%. A despesa de agosto de 2016 foi influenciada pelo crescimento, em termos nominais, de R\$ 10,7 bilhões (32,4%) dos Benefícios Previdenciários, devido ao pagamento de parcela do 13º salário, sem contrapartida em agosto de 2015.

Comparativamente ao acumulado até agosto de 2015, também a preços correntes, houve decréscimo de R\$ 57,5 bilhões no resultado primário do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 14,0 bilhões em 2015 para déficit de R\$ 71,4 bilhões neste ano. Este resultado é explicado pelo crescimento de R\$ 75,1 bilhões (10,7%) na despesa total, parcialmente compensado pela elevação de R\$ 17,6 bilhões (2,6%) na receita líquida. Em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 6,3% e a despesa total elevação de 1,1%. A evolução da despesa total foi influenciada, em grande medida, pela nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015), da evolução dos pagamentos de Benefícios Previdenciários e do calendário de pagamento do abono salarial (resolução Codefat nº 748/2015).

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	923.224,0	860.969,5	-62.254,4	-6,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	576.744,2	530.477,1	-46.267,0	-8,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	98.790,4	99.502,5	712,2	0,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	154.326,2	140.204,6	-14.121,6	-9,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	768.897,8	720.765,0	-48.132,8	-6,3%
IV. DESPESA TOTAL	783.748,3	792.746,8	8.998,5	1,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	169.990,6	164.782,3	-5.208,3	-3,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	132.958,7	135.550,0	2.591,3	1,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	183.406,5	172.392,1	-11.014,4	-6,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-14.850,5	-71.981,9	-57.131,4	384,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	34.840,9	17.039,9	-17.801,0	-51,1%
Previdência Social (RGPS)	-49.691,3	-89.021,7	-39.330,4	79,1%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	35.450,6	17.522,1	-17.928,5	-50,6%
Resultado do Banco Central	-609,7	-482,2	127,5	-20,9%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-49.691,3	-89.021,7	-39.330,4	79,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços constantes de agosto de 2016, comparativamente a 2015, houve decréscimo de R\$ 57,1 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 14,9 bilhões nos oito primeiros meses de 2015 para déficit de R\$ 72,0 bilhões neste ano. Esse resultado é explicado principalmente pela redução da receita líquida (6,3%), assim como pelo aumento da despesa total (1,1%).

O decréscimo da receita líquida decorre da redução de R\$ 46,3 bilhões (8,0%) na receita administrada pela RFB e da queda de R\$ 16,7 bilhões (6,7%) na arrecadação líquida para o RGPS. Por outro lado, as transferências por repartição de receita reduziram-se em R\$ 14,1 bilhões (9,2%) e a receita não administrada pela RFB aumentou R\$ 712,2 milhões (0,7%).

A evolução da despesa total é explicada pela elevação dos Benefícios Previdenciários (R\$ 22,6 bilhões, 7,6%) e das Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 2,6 bilhões, 1,9%), compensada pela redução das Despesas Discricionárias – Todos os Poderes (R\$ 11,0 bilhões, 6,0%) e de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 5,2 bilhões, 3,1%). Em Outras Despesas Obrigatórias, destaca-se a despesa com Subsídios, Subvenções e Proagro, que cresceu R\$ 4,5 bilhões (24,2%) em relação ao acumulado de 2015, em virtude da nova sistemática de pagamento estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015).

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	923.224,0	860.969,5	-62.254,4	-6,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	576.744,2	530.477,1	-46.267,0	-8,0%
Imposto de Importação	29.322,9	21.434,3	-7.888,6	-26,9%
IPI	35.269,0	27.441,7	-7.827,3	-22,2%
Imposto de Renda	229.500,5	218.820,1	-10.680,4	-4,7%
IOF	25.587,6	22.815,0	-2.772,6	-10,8%
COFINS	149.436,2	139.673,9	-9.762,3	-6,5%
PIS/PASEP	39.626,0	36.920,9	-2.705,1	-6,8%
CSLL	48.842,0	49.966,0	1.124,0	2,3%
CPMF	1,0	-	-1,0	-
CIDE Combustíveis	1.547,5	4.109,7	2.562,3	165,6%
Outras	17.611,4	9.295,4	-8.316,0	-47,2%
I.2 Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
Urbana	242.639,0	225.713,9	-16.925,1	-7,0%
Rural	5.062,1	5.286,7	224,6	4,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	98.790,4	99.502,5	712,2	0,7%
Concessões e Permissões	6.063,8	21.480,7	15.416,8	254,2%
Dividendos e Participações	5.984,3	1.298,7	-4.685,5	-78,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.105,9	7.428,1	-677,8	-8,4%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	21.912,5	16.078,8	-5.833,7	-26,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.163,8	9.839,8	-1.324,0	-11,9%
Contribuição do Salário Educação	14.634,7	13.659,3	-975,4	-6,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.480,9	3.635,1	154,2	4,4%
Operações com Ativos	-	454,3	454,3	-
Demais Receitas	27.444,4	25.627,7	-1.816,7	-6,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou decréscimo real de R\$ 62,3 bilhões (6,7%) em relação ao acumulado até agosto de 2015. Essa diminuição decorre da redução de R\$ 46,3 bilhões (8,0%) na receita administrada pela RFB e da queda de R\$ 16,7 bilhões (6,7%) na arrecadação líquida para o RGPS.

O decréscimo na receita administrada pela RFB foi influenciado pela arrecadação extraordinária de R\$ 4,6 bilhões, em fevereiro de 2015, decorrente da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016 e pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciaram a arrecadação. As principais variações da receita administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- redução de R\$ 9,8 bilhões (6,5%) na receita da Cofins e de R\$ 2,7 bilhões (6,8%) do PIS/Pasep: efeito conjugado do (i) decréscimo real do volume de vendas de bens e serviços; (ii) redução do volume de importações; (iii) elevação das alíquotas incidentes sobre gasolina e diesel, com reflexo na arrecadação a partir de março de 2015; (iv) arrecadação extraordinária da Cofins de R\$ 1,1 bilhão, em fevereiro de 2015, em decorrência de transferência de ativos entre

empresas, sem contrapartida em 2016;

- redução de R\$ 7,9 bilhões (26,9%) no Imposto de Importação: efeito conjugado da redução do valor em dólares das importações, bem como redução na alíquota média efetiva, e elevação na taxa média de câmbio;
- diminuição de R\$ 7,8 bilhões (22,2%) na arrecadação com o IPI: influenciada, principalmente, pela redução da atividade industrial;
- decréscimo de R\$ 10,7 bilhões com o Imposto de Renda, sendo R\$ 5,7 bilhões (6,7%) em IRPJ: explicado por decréscimos reais no recolhimento por lucro presumido e pela arrecadação extraordinária de R\$ 3,5 bilhões,

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Ago	
	2015	2016
Banco do Brasil	1.956,4	884,4
BNB	276,7	37,2
BNDES	0,0	0,0
Caixa	3.325,5	58,7
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	123,2	73,5
Petrobras	0,0	0,0
Demais	302,5	244,9
Total	5.984,3	1.298,7

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

em fevereiro de 2015, advinda da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016; e

- crescimento de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação da CIDE-Combustíveis: devido à alteração das alíquotas sobre gasolina e diesel estabelecida pelo Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015 (anteriormente com alíquota zero).

As principais variações da receita não administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- elevação de R\$ 15,4 bilhões (254,2%) nas receitas de concessões, explicada principalmente pelo recebimento em 2016 do bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015, cujos pagamentos totalizaram R\$ 17,4 bilhões (R\$ 11,0 bilhões em janeiro,

R\$ 5,2 bilhões em junho e R\$ 1,2 bilhão em julho);

- redução de R\$ 5,8 bilhões (26,6%) em Cota Parte de Compensações Financeiras: efeito dos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles a queda no preço internacional do petróleo; e
- diminuição da arrecadação de Dividendos e Participações (R\$ 4,7 bilhões, 78,3%).

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, decréscimo real de R\$ 14,1 bilhões (9,2%), em relação ao acumulado até agosto de 2015, passando de R\$ 154,3 bilhões em 2015 para R\$ 140,2 bilhões neste ano. As principais reduções ocorreram nas transferências relativas aos seguintes itens:

- diminuição de R\$ 10,5 bilhões (8,4%) em FPM / FPE / IPI-EE, explicada pela diminuição da arrecadação de tributos compartilhados, como IR e IPI;
- decréscimo de R\$ 3,5 bilhões (24,8%) em Compensações Financeiras: redução da receita de cota parte de compensações financeiras, explicada pelo comportamento dos fatores determinantes da base de incidência do tributo compartilhado, dentre eles o preço internacional do petróleo; e
- redução de R\$ 1,7 bilhão (17,0%) referente às transferências da Contribuição do Salário Educação.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.326,2	140.204,6	-14.121,6	-9,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	125.330,6	114.794,9	-10.535,7	-8,4%
II.2 Fundos Constitucionais	4.525,9	5.013,2	487,3	10,8%
Repasse Total	8.225,8	7.451,3	-774,5	-9,4%
Superávit dos Fundos	-3.699,9	-2.438,1	1.261,8	-34,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.867,4	8.187,2	-1.680,2	-17,0%
II.4 Compensações Financeiras	14.173,0	10.658,7	-3.514,2	-24,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	132,1	1.260,9	1.128,8	854,4%
II.6 Demais	297,2	289,6	-7,6	-2,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Por sua vez, a principal elevação no período foi nas transferências no âmbito da Cide-Combustíveis (R\$ 1,1 bilhão), devido ao crescimento da arrecadação do tributo em virtude da elevação de alíquotas por meio do Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	783.748,3	792.746,8	8.998,5	1,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	230.646,2	248.494,2	17.847,9	7,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	66.746,2	71.528,2	4.782,0	7,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	169.990,6	164.782,3	-5.208,3	-3,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	132.958,7	135.550,0	2.591,3	1,9%
Abono e Seguro Desemprego	34.244,9	40.266,6	6.021,7	17,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	31.521,5	33.081,5	1.560,0	4,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.373,0	3.635,3	-737,7	-16,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.068,8	2.764,9	696,1	33,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	19.279,4	13.719,3	-5.560,1	-28,8%
FUNDEB (Complem. União)	11.448,5	9.417,7	-2.030,8	-17,7%
Fundo Constitucional DF	5.507,0	754,1	-4.752,9	-86,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	885,2	1.026,2	141,0	15,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.447,9	22.904,0	4.456,1	24,2%
Demais ¹	5.182,5	7.980,5	2.798,0	54,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	183.406,5	172.392,1	-11.014,4	-6,0%
Discricionárias Executivo	174.800,0	164.354,8	-10.445,2	-6,0%
PAC	30.145,5	25.250,2	-4.895,3	-16,2%
d/q MCMV	11.259,4	4.247,0	-7.012,4	-62,3%
Emissões de TDA	130,8	118,4	-12,4	-9,5%
Demais	144.523,7	138.986,2	-5.537,5	-3,8%
Discricionárias LEJU/MPU	8.606,5	8.037,3	-569,2	-6,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	230.199,7	211.168,7	-19.031,1	-8,3%
Outras Despesas de Custeio	189.448,8	176.206,5	-13.242,3	-7,0%
Outras Despesas de Capital	40.751,0	34.962,2	-5.788,8	-14,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

- aumento de R\$ 4,5 bilhões (24,2%) em Subsídios, Subvenções e Proagro, em virtude da nova sistemática de pagamento estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015);

A despesa total do Governo Central aumentou R\$ 9,0 bilhões (1,1%) em relação ao acumulado até agosto de 2015. Destacam-se o crescimento de R\$ 22,6 bilhões (7,6%) nos Benefícios Previdenciários e o acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (1,9%) em Outras Despesas Obrigatórias. No sentido contrário, resalte-se a redução de R\$ 11,0 bilhões (6,0%) nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes e a diminuição de R\$ 5,2 bilhões (3,1%) em Pessoal e Encargos Sociais. As principais variações ocorreram nos seguintes itens:

- aumento de R\$ 22,6 bilhões (7,6%) com Benefícios Previdenciários (vide página 12);
- elevação de R\$ 6,0 bilhões (17,6%) em Abono e Seguro Desemprego, reflexo do calendário de pagamento do Abono salarial definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;

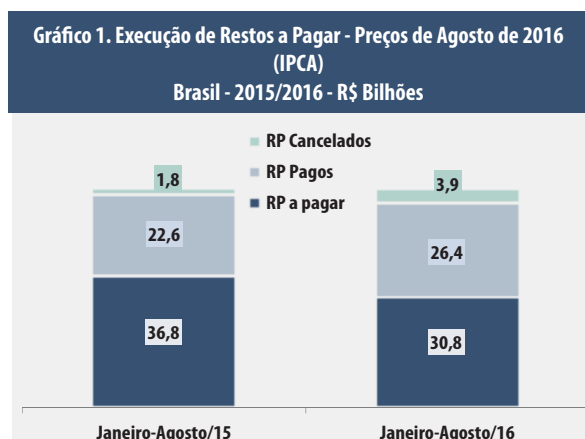
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

- diminuição de R\$ 10,4 bilhões (6,0%) nas despesas Discricionárias – Executivo, em particular com o PAC (R\$ 4,9 bilhões, 16,2%) e com os Ministérios da Educação (R\$ 2,6 bilhões, 10,6%), e da Saúde (R\$ 1,3 bilhão, 1,9%), respeitados os limites constitucionais, e com o Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 1,8 bilhão, 8,1%);

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	144.523,7	138.986,2	-5.537,5	-3,8%
Ministério da Saúde	65.422,4	64.154,7	-1.267,7	-1,9%
Ministério da Educação	24.774,8	22.137,0	-2.637,8	-10,6%
Ministério do Desenvolvimento Social	22.579,1	20.742,4	-1.836,7	-8,1%
Ministério da Defesa	8.661,3	9.357,7	696,4	8,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	3.683,1	3.152,9	-530,1	-14,4%
Demais órgãos do Executivo	19.403,1	19.441,5	38,4	0,2%

- diminuição de R\$ 5,2 bilhões (3,1%) em Pessoal e Encargos Sociais;
- decréscimo de R\$ 4,8 bilhões (86,3%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016); e
- decréscimo de R\$ 1,2 bilhão (82,2%) no Auxílio CDE.

O montante de restos a pagar (RP) pagos de janeiro a agosto de 2016 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R\$ 26,4 bilhões, contra R\$ 22,6 bilhões no mesmo período do ano anterior.



R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	8.467,8	11.060,7	2.592,9	30,6%
Equalização de custeio agropecuário	1.828,0	1.776,4	-51,7	-2,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	999,4	3.022,4	2.023,0	202,4%
Política de preços agrícolas	478,6	-172,9	-651,6	-
Pronaf	3.550,7	5.204,2	1.653,5	46,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	333,3	276,3	-57,0	-17,1%
Álcool	52,9	57,8	4,9	9,3%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	61,1	-39,9	-101,0	-
Funcafé	47,8	53,9	6,1	12,8%
Revitaliza	2,7	26,5	23,8	896,7%
Proagro	1.113,4	856,1	-257,3	-23,1%
Outros	9.980,1	11.843,3	1.863,2	18,7%
Proex	324,1	573,5	249,4	77,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.170,2	10.438,2	2.268,0	27,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	448,4	0,0	-448,4	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	5,6	5,8	0,2	3,7%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	383,4	480,7	97,3	25,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	710,2	210,5	-499,7	-70,4%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	12,4	70,3	57,9	467,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-56,9	-10,7	46,2	-81,2%
PNAFE	-17,2	-75,2	-58,0	336,6%
PRODECER	0,0	150,2	150,2	-
Total	18.447,9	22.904,0	4.456,1	24,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Comparando-se os valores acumulados de janeiro a agosto de 2016 com o mesmo período de 2015, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 49,7 bilhões para R\$ 89,0 bilhões (79,1%), em termos reais. A arrecadação líquida diminuiu R\$ 16,7 bilhões (6,7%), resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADANÇA LÍQUIDA	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
Arrecadação Bruta	277.914,7	260.466,4	-17.448,3	-6,3%
Contribuição Previdenciária	230.650,0	220.656,5	-9.993,6	-4,3%
Simples/Nacional/PAES	26.333,5	24.582,8	-1.750,7	-6,6%
Refis	77,4	92,3	14,9	19,2%
Depósitos Judiciais	1.574,3	1.415,5	-158,8	-10,1%
Compensação RGPS	19.279,4	13.719,3	-5.560,1	-28,8%
(-) Restituição/Devolução	-1.225,0	-2.494,3	-1.269,3	103,6%
(-) Transferências a Terceiros	-28.988,6	-26.971,4	2.017,1	-7,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-49.691,3	-89.021,7	-39.330,4	79,1%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- diminuição de R\$ 10,0 bilhões (4,3%) nas contribuições previdenciárias: resultado dos efeitos (i) da redução real da massa salarial; (ii) da Lei Complementar nº 147/2014; (iii) da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161/2015;

- decréscimo de R\$ 5,6 bilhões (28,8%) no montante de compensações do RGPS, influenciado pela elevação das alíquotas sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração); e

- diminuição de R\$ 1,8 bilhão (6,6%) na arrecadação conjunta com o Simples/Nacional/PAES.

Ainda na comparação de valores acumulados no até agosto de 2016 com igual período de 2015, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 22,6 bilhões (7,6%) em termos reais, devido: (i) à elevação de 673,5 mil (2,4%) no número de benefícios emitidos; (ii) à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência; e (iii) ao adiantamento de parcela do 13º salário em agosto de 2016, sem contrapartida em igual período de 2015.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

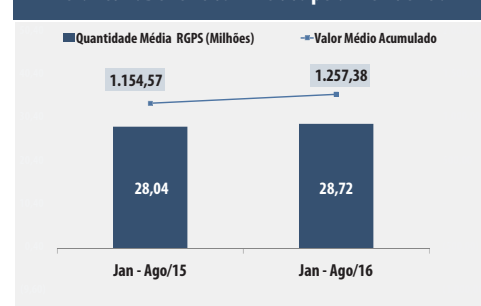
Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
Urbano	242.639,0	225.713,9	-16.925,1	-7,0%
Rural	5.062,1	5.286,7	224,6	4,4%
BENEFÍCIOS	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
Urbano	230.646,2	248.494,2	17.847,9	7,7%
Rural	66.746,2	71.528,2	4.782,0	7,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	-49.691,3	-89.021,7	-39.330,4	79,1%
Urbano	11.992,8	-22.780,3	-34.773,0	-
Rural	-61.684,1	-66.241,5	-4.557,3	7,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2016 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	104.008,0	91.314,6	-12.693,4	-12,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	62.747,9	53.930,3	-8.817,5	-14,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.475,5	28.527,0	-1.948,4	-6,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.784,7	8.857,2	-1.927,4	-17,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.700,5	16.331,3	-1.369,2	-7,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	86.307,5	74.983,2	-11.324,2	-13,1%
IV. DESPESA TOTAL	91.822,4	95.329,1	3.506,7	3,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.091,5	43.841,2	7.749,7	21,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.795,2	19.302,0	-493,2	-2,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.216,9	12.275,6	-1.941,3	-13,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.718,8	19.910,3	-1.808,5	-8,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-5.514,9	-20.345,9	-14.831,0	268,9%
Tesouro Nacional e Banco Central	101,1	-5.031,6	-5.132,8	-
Previdência Social (RGPS)	-5.616,0	-15.314,2	-9.698,2	172,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	317,0	-4.879,7	-5.196,7	-
Resultado do Banco Central	-215,8	-151,9	63,9	-29,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-5.616,0	-15.314,2	-9.698,2	172,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de agosto de 2016, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 5,5 bilhões em agosto de 2015 para um déficit de R\$ 20,3 bilhões em agosto de 2016, o que representou decréscimo de R\$ 14,8 bilhões no resultado. Essa variação decorre do aumento de R\$ 3,5 bilhões (3,8%) da despesa total, e da diminuição em R\$ 11,3 bilhões (13,1%) na receita líquida.

Dentre os fatores que afetaram a evolução do resultado primário destaca-se o aumento de R\$ 7,7 bilhões em Benefícios Previdenciários, influenciado pelo adiantamento de parcela do 13º salário, sem contrapartida no mesmo mês de 2015. No âmbito da receita, menciona-se recolhimentos ocorridos em agosto de 2015 no valor de R\$ 2,2 bilhões, decorrente do Parcelamento Especial instituído pela Lei 12.996/14.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	104.008,0	91.314,6	-12.693,4	-12,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	62.747,9	53.930,3	-8.817,5	-14,1%
Imposto de Importação	3.621,8	2.792,8	-829,0	-22,9%
IPI	4.265,9	3.388,9	-877,0	-20,6%
Imposto de Renda	19.586,5	18.935,3	-651,3	-3,3%
IOF	3.290,6	2.696,3	-594,3	-18,1%
COFINS	18.475,9	16.323,8	-2.152,0	-11,6%
PIS/PASEP	4.793,0	4.286,1	-506,8	-10,6%
CSLL	3.438,8	3.462,3	23,5	0,7%
CPMF	0,0	0,0	0,0	--
CIDE Combustíveis	506,0	423,3	-82,7	-16,3%
Outras	4.769,3	1.621,5	-3.147,8	-66,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	--
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.475,5	28.527,0	-1.948,4	-6,4%
Urbana	29.818,0	27.875,3	-1.942,8	-6,5%
Rural	657,4	651,7	-5,7	-0,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.784,7	8.857,2	-1.927,4	-17,9%
Concessões e Permissões	78,2	422,1	343,9	439,5%
Dividendos e Participações	2.225,0	249,4	-1.975,6	-88,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	987,1	952,7	-34,4	-3,5%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.670,2	1.423,8	-246,4	-14,8%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.269,2	1.215,3	-53,9	-4,2%
Contribuição do Salário Educação	1.560,2	1.515,4	-44,8	-2,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	457,0	451,2	-5,8	-1,3%
Operações com Ativos	-	69,5	69,5	-
Demais Receitas	2.537,8	2.557,8	20,0	0,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou redução real de R\$ 12,7 bilhões (12,2%), passando de R\$ 104,0 bilhões em agosto de 2015 para R\$ 91,3 bilhões em agosto de 2016. Esse comportamento deveu-se ao decréscimo de R\$ 8,8 bilhões (14,1%) na receita administrada pela RFB, de R\$ 1,9 bilhão (6,4%) na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 1,9 bilhão (17,9%) na receita não administrada pela RFB.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- decréscimo de R\$ 2,2 bilhões (11,6%) em Cofins;
- diminuição de R\$ 829,0 milhões (22,9%) no Imposto de Importação; e

- redução de R\$ 877,0 milhões (20,6%) na arrecadação com IPI: resultado influenciado principalmente pela diminuição produção industrial.

A receita não administrada pela RFB diminuiu R\$ 1,9 bilhão (17,9%) quando comparada a agosto de 2015. Essa diminuição é explicada, principalmente, pela redução na arrecadação com Dividendos e Participações (R\$ 2,0 bilhões, 88,8%) em agosto de 2016 em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 1,4 bilhão (7,7%), passando de R\$ 17,7 bilhões em agosto de 2015 para R\$ 16,3 bilhões em agosto de 2016. Esse resultado decorre principalmente da diminuição de R\$ 684,3 milhões em Compensações Financeiras e pelo decréscimo de R\$ 597,1 milhões (4,5%) nas transferências referentes ao FPM/FPE/IPI-EE, explicado pela queda em termos reais da arrecadação dos tributos que compõem a base de repartição dessas transferências.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.700,5	16.331,3	-1.369,2	-7,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.311,6	12.714,5	-597,1	-4,5%
II.2 Fundos Constitucionais	622,9	632,4	9,5	1,5%
Repasso Total	938,0	845,0	-92,9	-9,9%
Superávit dos Fundos	315,1	212,6	-102,5	-32,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	995,2	916,7	-78,5	-7,9%
II.4 Compensações Financeiras	2.732,6	2.048,3	-684,3	-25,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	38,2	19,5	-18,7	-49,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Despesas do Governo Central

Houve aumento de R\$ 3,5 bilhões (3,8%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 91,8 bilhões para R\$ 95,3 bilhões. Essa variação se deve ao aumento em Benefícios Previdenciários (7,7 bilhões, 21,5%), parcialmente compensado por reduções em Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 1,9 bilhão, 13,7%), Despesas Discricionárias – Todos os Poderes (1,8 bilhão, 8,3%) e Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 493,2 milhões, 2,5%).

A variação no gasto com Outras Despesas Obrigatórias deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- diminuição de R\$ 1,0 bilhão (50,7%) em Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores

(reversão parcial da desoneração);

- redução de R\$ 920,3 milhões (26,6%) em Subsídios, Subvenções e Proagro;
- decréscimo de R\$ 589,2 milhões (86,8%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016); e
- aumento de R\$ 540,3 milhões (11,5%) em Abono e Seguro Desemprego.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	91.822,4	95.329,1	3.506,7	3,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.091,5	43.841,2	7.749,7	21,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	27.996,6	32.962,4	4.965,8	17,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.094,9	10.878,8	2.783,9	34,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.795,2	19.302,0	-493,2	-2,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.216,9	12.275,6	-1.941,3	-13,7%
Abono e Seguro Desemprego	4.702,0	5.242,3	540,3	11,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.825,5	4.088,4	262,9	6,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	566,0	451,2	-114,8	-20,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	228,0	202,3	-25,6	-11,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.053,6	1.012,9	-1.040,6	-50,7%
FUNDEB (Complem. União)	842,5	800,9	-41,6	-4,9%
Fundo Constitucional DF	679,1	89,9	-589,2	-86,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	68,3	83,7	15,4	22,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	899,7	-20,5	-920,3	-
Demais ¹	352,3	324,6	-27,8	-7,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.718,8	19.910,3	-1.808,5	-8,3%
Discricionárias Executivo	20.680,2	18.890,7	-1.789,5	-8,7%
PAC	4.082,7	2.506,3	-1.576,5	-38,6%
d/q MCMV	2.140,0	569,2	-1.570,8	-73,4%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	16.597,5	16.384,5	-213,0	-1,3%
Discricionárias LEJU/MPU	1.038,6	1.019,6	-19,0	-1,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	26.451,2	22.805,0	-3.646,2	-13,8%
Outras Despesas de Custeio	22.256,0	19.597,4	-2.658,6	-11,9%
Outras Despesas de Capital	4.195,1	3.207,6	-987,6	-23,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.597,5	16.384,5	-213,0	-1,3%
Ministério da Saúde	7.798,2	7.860,3	62,1	0,8%
Ministério da Educação	2.672,8	2.439,0	-233,8	-8,7%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.836,1	2.613,6	-222,6	-7,8%
Ministério da Defesa	1.268,2	1.064,0	-204,3	-16,1%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	391,7	320,4	-71,3	-18,2%
Demais órgãos do Executivo	1.630,5	2.087,2	456,8	28,0%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 5,6 bilhões em agosto de 2015 para déficit de R\$ 15,3 bilhões em agosto de 2016, representando uma diferença de R\$ 9,7 bilhões, devido principalmente aos seguintes fatores:

- elevação de R\$ 7,7 bilhões (21,5%) no valor de benefícios pagos em julho, decorrente do adiantamento de parcela do 13º salário em agosto de 2016, sem contrapartida em 2015;
- diminuição de R\$ 1,0 bilhão (50,7%) em Compensação RGPS, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração); e
- diminuição da Contribuição Previdenciária em R\$ 814,9 milhões (2,9%): efeito líquido da redução real da massa salarial e da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Discriminação	Agosto		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADADAÇÃO LÍQUIDA	30.475,5	28.527,0	-1.948,4	-6,4%
Arrecadação Bruta	33.771,1	31.614,6	-2.156,5	-6,4%
Contribuição Previdenciária	28.268,8	27.453,93	-814,9	-2,9%
Simples/Nacional/PAES	3.276,46	2.976,08	-300,4	-9,2%
Refis	10,85	9,02	-1,8	-16,8%
Depósitos Judiciais	161,45	162,68	1,2	0,8%
Compensação RGPS	2.053,57	1.012,92	-1.040,6	-50,7%
(-) Restituição/Devolução	-193,7	-68,7	125,0	-64,5%
(-) Transferências a Terceiros	-3.102,0	-3.018,9	83,1	-2,7%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	36.091,5	43.841,2	7.749,7	21,5%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-5.616,0	-15.314,2	-9.698,2	172,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Agosto de 2016 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	108.360,0	91.314,6	-17.045,4	-15,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.452,1	53.930,3	-13.521,8	-20,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	27.589,3	28.527,0	937,7	3,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.318,6	8.857,2	-4.461,4	-33,5%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.135,3	16.331,3	196,1	1,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	92.224,7	74.983,2	-17.241,5	-18,7%
IV. DESPESA TOTAL	110.877,8	95.329,1	-15.548,7	-14,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	39.459,5	43.841,2	4.381,8	11,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.829,9	19.302,0	-5.527,9	-22,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.500,8	12.275,6	-12.225,2	-49,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.087,7	19.910,3	-2.177,4	-9,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-18.653,1	-20.345,9	-1.692,7	9,1%
Tesouro Nacional e Banco Central	-6.782,9	-5.031,6	1.751,3	-25,8%
Previdência Social (RGPS)	-11.870,2	-15.314,2	-3.444,0	29,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-6.855,4	-4.879,7	1.975,7	-28,8%
Resultado do Banco Central	72,5	-151,9	-224,4	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-11.870,2	-15.314,2	-3.444,0	29,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em agosto de 2016, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 20,3 bilhões, contra déficit de R\$ 18,7 bilhões em julho de 2016, a preços constantes de agosto. Esse resultado foi influenciado pelo adiantamento, em agosto, de parcela do 13º salário no âmbito dos Benefícios Previdenciários.

A receita líquida do Governo Central em julho de 2016 foi inferior em R\$ 17,2 bilhões (18,7%) à registrada no mês anterior. Tal redução se deve principalmente arrecadação em julho de receitas sazonalmente concentradas naquele mês.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	108.360,0	91.314,6	-17.045,4	-15,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.452,1	53.930,3	-13.521,8	-20,0%
Imposto de Importação	2.382,7	2.792,8	410,1	17,2%
IPI	3.134,5	3.388,9	254,5	8,1%
Imposto de Renda	26.180,3	18.935,3	-7.245,0	-27,7%
IOF	2.895,3	2.696,3	-198,9	-6,9%
COFINS	18.069,4	16.323,8	-1.745,6	-9,7%
PIS/PASEP	4.568,9	4.286,1	-282,8	-6,2%
CSLL	8.024,5	3.462,3	-4.562,3	-56,9%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	458,9	423,3	-35,6	-7,8%
Outras	1.737,6	1.621,5	-116,1	-6,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	27.589,3	28.527,0	937,7	3,4%
Urbana	26.916,8	27.875,3	958,5	3,6%
Rural	672,5	651,7	-20,7	-3,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.318,6	8.857,2	-4.461,4	-33,5%
Concessões e Permissões	1.908,5	422,1	-1.486,4	-77,9%
Dividendos e Participações	24,2	249,4	225,2	930,4%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	914,6	952,7	38,1	4,2%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.423,5	1.423,8	-1.999,7	-58,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.982,2	1.215,3	-766,9	-38,7%
Contribuição do Salário Educação	1.535,0	1.515,4	-19,6	-1,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	442,9	451,2	8,2	1,9%
Operações com Ativos	102,7	69,5	-33,3	-32,4%
Demais Receitas	2.985,0	2.557,8	-427,2	-14,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados para agosto de 2016, a receita total do Governo Central apresentou redução de R\$ 17,1 bilhões (15,7%), passando de R\$ 108,4 bilhões em julho para R\$ 91,3 bilhões em agosto, explicado sobretudo por fatores sazonais. Merecem destaque as seguintes reduções:

- IRPJ (R\$ 5,9 bilhões, 49,2%) e CSLL (R\$ 4,6 bilhões, 56,9%): pagamento em julho da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho de 2016;
- Cota-Parte de Compensações Financeiras (R\$ 2,0 bilhões, 58,4%): recolhimento em julho da arrecadação trimestral de Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural; e
- Concessões e Permissões (R\$ 1,5 bilhão, 77,9%): recebimento em julho da parcela remanescente dos pagamentos referentes à concessão das usinas hidrelétricas não renovadas de 2015 e de parte da contribuição fixa anual de outorga de serviços de infraestrutura aeroportuária.

Transferências do Tesouro Nacional

Em agosto de 2016, as transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 196,1 milhões (1,2%), totalizando R\$ 16,3 bilhões, contra R\$ 16,1 bilhões no mês anterior. Esse aumento ocorreu principalmente em Compensações Financeiras (R\$ 972,2 milhões, 90,4%), devido à repartição referente à arrecadação da Parcela Especial pela exploração de petróleo e gás natural ocorrida em julho. O decréscimo da transferência de CIDE – Combustíveis (R\$ 504,0 milhões) é explicado pelo repasse em julho da arrecadação referente ao 2º trimestre.

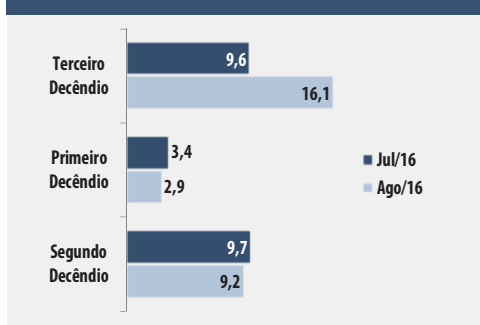
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.135,3	16.331,3	196,1	1,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.074,3	12.714,5	-359,8	-2,8%
II.2 Fundos Constitucionais	540,5	632,4	91,9	17,0%
Repasse Total	684,4	845,0	160,6	23,5%
Superávit dos Fundos	-143,9	-212,6	-68,8	47,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	915,1	916,7	1,6	0,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.076,0	2.048,3	972,2	90,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	504,0	0,0	-504,0	-100,0%
II.6 Demais	25,4	19,5	-5,9	-23,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2016



Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	110.877,8	95.329,1	-15.548,7	-14,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	39.459,5	43.841,2	4.381,8	11,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	30.853,7	32.962,4	2.108,7	6,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.605,8	10.878,8	2.273,0	26,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.829,9	19.302,0	-5.527,9	-22,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.500,8	12.275,6	-12.225,2	-49,9%
Abono e Seguro Desemprego	4.930,2	5.242,3	312,0	6,3%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.136,1	4.088,4	-47,7	-1,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	442,9	451,2	8,2	1,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	205,2	202,3	-2,9	-1,4%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.135,9	1.012,9	-122,9	-10,8%
FUNDEB (Complem. União)	804,4	800,9	-3,5	-0,4%
Fundo Constitucional DF	109,9	89,9	-20,0	-18,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	243,5	83,7	-159,9	-65,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.189,4	-20,5	-9.210,0	-
Demais ¹	3.303,2	324,6	-2.978,7	-90,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.087,7	19.910,3	-2.177,4	-9,9%
Discricionárias Executivo	21.075,3	18.890,7	-2.184,6	-10,4%
PAC	3.155,4	2.506,3	-649,2	-20,6%
d/q MCMV	605,4	569,2	-36,2	-6,0%
Emissões de TDA	38,6	0,0	-38,6	-100,0%
Demais	17.881,2	16.384,5	-1.496,8	-8,4%
Discricionárias LEJU/MPU	1.012,4	1.019,6	7,1	0,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	28.205,8	22.805,0	-5.400,8	-19,1%
Outras Despesas de Custeio	23.880,3	19.597,4	-4.282,8	-17,9%
Outras Despesas de Capital	4.325,6	3.207,6	-1.118,0	-25,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em agosto de 2016, a despesa total do Governo Central alcançou o valor de R\$ 95,3 bilhões, representando diminuição de R\$ 15,5 bilhões (14,0%) em relação a julho de 2016. Merecem destaque os seguintes itens:

- redução de R\$ 9,2 bilhões com Subsídios, Subvenções e Proagro, devido à sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015);

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	17.881,2	16.384,5	-1.496,8	-8,4%
Ministério da Saúde	8.263,5	7.860,3	-403,2	-4,9%
Ministério da Educação	3.083,2	2.439,0	-644,3	-20,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.656,2	2.613,6	-42,6	-1,6%
Ministério da Defesa	1.077,9	1.064,0	-14,0	-1,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	495,7	320,4	-175,3	-35,4%
Demais órgãos do Executivo	2.304,7	2.087,2	-217,5	-9,4%

- redução de R\$ 3,0 bilhões em Demais Despesas Obrigatórias, devido ao pagamento em julho de R\$ 2,9 bilhões para a realização das Olimpíadas, sem contrapartida em agosto; e
- aumento de R\$ 312,0 milhões (6,3%) em Abono e Seguro Desemprego.

Previdência Social

Em agosto de 2016, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 15,3 bilhões, contra déficit de R\$ 11,9 bilhões em julho. O pagamento de benefícios cresceu R\$ 4,4 bilhões (11,1%), decorrente do adiantamento de parcela do 13º salário em agosto. A arrecadação bruta apresentou diminuição de R\$ 435,0 milhões (1,4%).

R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Jul	Ago	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	27.589,3	28.527,0	937,7	3,4%
Arrecadação Bruta	32.049,6	31.614,6	-435,0	-1,4%
Contribuição Previdenciária	27.260,1	27.453,9	193,9	0,7%
Simples/Nacional/PAES	3.440,88	2.976,08	-464,8	-13,5%
Refis	203,24	162,68	-40,6	-20,0%
Depósitos Judiciais	9,54	9,02	-0,5	-5,5%
Compensação RGPS	1.135,86	1.012,92	-122,9	-10,8%
(-) Restituição/Devolução	-1.433,4	-68,7	1.364,7	-95,2%
(-) Transferências a Terceiros	-3.026,9	-3.018,9	8,0	-0,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	39.459,5	43.841,2	4.381,8	11,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-11.870,2	-15.314,2	-3.444,0	29,0%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Boxe 1 – Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º Bimestre de 2016

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (LDO 2016), o Poder Executivo publicou, em 22/09/2016, o Relatório de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias do 4º Bimestre de 2016 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de agosto de 2016, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

O Relatório de Avaliação do 4º bimestre, com relação à atualização do cenário econômico, refletiu uma melhoria nas expectativas para atividade econômica. A previsão de queda real do PIB para 2016 reduziu-se, em relação à última avaliação, de -3,1% para -3,0%, e manteve-se a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) para 2016 em 7,2%.

A projeção das receitas federais elevou-se principalmente devido aos efeitos da Lei 13.254/2016, que dispõe sobre a regularização de ativos no exterior. Neste caso, foi incluído na revisão o montante de R\$ 6,2 bilhões já declarado à Receita Federal do Brasil. Tal estimativa mais que compensa outros itens de receita que apresentam queda nas suas previsões anuais, tais como dividendos e operações com ativos. Como resultado, houve elevação da projeção com a receita líquida de transferências no montante de R\$ 1,7 bilhão.

Tabela 1 - Resultado da Avaliação do 4º Bimestre (R\$ bilhões)	
	Variações em relação à Reavaliação 3º Bimestre
1. Receita Primária Total	2,7
1.1 Receitas Administradas	4,9
1.2 Receitas Não-Administradas	-2,7
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	0,5
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	1,0
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	1,7
4. Despesas Obrigatórias	0,5
5. Ampliação da Reserva Financeira (3) - (4)	1,2

Fonte: SOF/MP.

No lado das despesas, destaca-se em relação à avaliação anterior a incorporação de crédito extraordinário para defesa civil, pela Medida Provisória nº 743, de 29 de julho de 2016. Com isso, os créditos extraordinários foram ampliados em R\$ 789,9 milhões e as despesas obrigatórias totais cresceram R\$ 541,1 milhões.

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2016 indicou a possibilidade de ampliação de R\$ 1,2 bilhão nas despesas discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU. No caso do Poder Executivo, como medida prudencial, recomendou-se a alocação do valor, exclusivamente, em reserva financeira para absorção de risco fiscais, conforme indicado a seguir:

A tabela a seguir apresenta as estatísticas fiscais realizadas até agosto e as projeções de receitas e despesas primárias para o restante do ano presentes no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2016:

Tabela 2 - Reavaliação 4º Bimestre (R\$ milhões)

Discriminação	Jan - Ago 2016 Realizado	Set - Dez 2016 Previsto	Total 2016
I. RECEITA TOTAL	844.437,1	434.358,0	1.278.795,1
I.1 Receita Administrada pela RFB	520.145,7	261.262,6	781.408,3
I.2 Incentivos Fiscais	-10,5	-1.310,2	-1.320,7
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	226.815,3	132.271,9	359.087,2
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	97.486,6	42.133,7	139.620,4
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	137.606,3	69.480,8	207.087,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	706.830,8	364.877,2	1.071.708,0
IV. DESPESA TOTAL	778.249,6	462.773,3	1.241.022,9
IV.1 Benefícios Previdenciários	314.389,6	193.486,1	507.875,7
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	161.811,6	98.157,1	259.968,6
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	132.835,9	75.963,5	208.799,4
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	169.212,5	95.166,6	264.379,1
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-71.418,8	-97.896,1	-169.314,9
Tesouro Nacional e Banco Central	16.155,5	-36.681,8	-20.526,3
Previdência Social (RGPS)	-87.574,3	-61.214,2	-148.788,6

Nota: Não considera a possibilidade de aumento das despesas discricionárias sugerida pelo Relatório, tendo em vista que ainda é necessário a publicação do Decreto de Programação Financeira. Desse modo, o resultado ainda está R\$ 1,2 bilhão melhor que a meta (R\$ 169,3 bilhões versus meta de R\$ 170,5 bilhões).

Por fim, dada a possibilidade, prevista no § 3º, art. 2º da LDO-2016, de haver, durante a execução orçamentária de 2016, compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Federal e para os entes subnacionais, a referida avaliação bimestral examinou a situação fiscal atual desses entes, identificando que até julho de 2016, os Estados, os Municípios e suas Estatais acumularam superávit de R\$ 9,8 bilhões, R\$ 3,2 bilhões acima da meta prevista na LDO-2016.

Não obstante o resultado realizado até julho, a estimativa de resultado primário para o ano sugere superávit de R\$ 0,8 bilhão para o conjunto dos entes subnacionais e suas respectivas estatais, incorporando-se, neste cálculo, os efeitos do PLP nº 257 de 2016 (renegociação de dívidas estaduais). Há que se considerar que referido PLP ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, embora liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal já materializam parte de seus efeitos. As liminares concedidas modificam o cálculo de pagamentos de encargos financeiros devidos à União em uma das linhas de financiamento (Lei nº 9.646/97) entre as seis incluídas no referido PLP nº 257.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEF - Caixa Econômica Federal

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LEJU – Legislativo e Judiciário

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex – Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH – Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis – Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
I. RECEITA TOTAL	95.442,5	107.885,3	91.314,6	-16.570,7	-15,4%	-4.127,9	-4,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	57.580,3	67.156,6	53.930,3	-13.226,3	-19,7%	3.649,98	-6,3%
I.1.1 Imposto de Importação	3.323,5	2.372,3	2.792,8	420,5	17,7%	-530,7	-16,0%
I.1.2 IPI	3.914,6	3.120,7	3.388,9	268,2	8,6%	-525,7	-13,4%
I.1.3 Imposto de Renda	17.973,5	26.065,6	18.935,3	-7.130,3	-27,4%	961,8	5,4%
I.1.4 IOF	3.019,6	2.882,6	2.696,3	-186,2	-6,5%	-323,3	-10,7%
I.1.5 COFINS	16.954,3	17.990,3	16.323,8	-1.666,5	-9,3%	-630,5	-3,7%
I.1.6 PIS/PASEP	4.398,2	4.548,8	4.286,1	-262,7	-5,8%	-112,1	-2,5%
I.1.7 CSLL	3.155,6	7.989,4	3.462,3	-4.527,1	-56,7%	306,7	9,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	464,3	456,9	423,3	-33,6	-7,4%	-41,1	-8,8%
I.1.10 Outras	4.376,6	1.730,0	1.621,5	-108,5	-6,3%	-2.755,0	-62,9%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	27.965,7	27.468,4	28.527,0	1.058,6	3,9%	561,3	2,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.896,5	13.260,3	8.857,2	-4.403,1	-33,2%	-1.039,3	-10,5%
I.4.1 Concessões e Permissões	71,8	1.900,1	422,1	-1.478,0	-77,8%	350,3	487,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.041,7	24,1	249,4	225,3	934,9%	-1.792,3	-87,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	905,8	910,6	952,7	42,1	4,6%	46,9	5,2%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.532,6	3.408,5	1.423,8	-1.984,7	-58,2%	-108,8	-7,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.164,7	1.973,5	1.215,3	-758,2	-38,4%	50,7	4,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.431,7	1.528,2	1.515,4	-12,8	-0,8%	83,7	5,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	419,4	441,0	451,2	10,2	2,3%	31,8	7,6%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	102,3	69,5	-32,8	-32,1%	69,5	-
I.4.9 Demais Receitas	2.328,8	2.972,0	2.557,8	-414,1	-13,9%	229,0	9,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.242,8	16.064,6	16.331,3	266,7	1,7%	88,51	0,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	12.215,4	13.017,0	12.714,5	-302,5	-2,3%	499,13	4,1%
II.2 Fundos Constitucionais	571,6	538,2	632,4	94,2	17,5%	60,84	10,6%
II.2.1 Repasse Total	860,7	681,4	845,0	163,6	24,0%	15,68	-1,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-289,2	-143,3	-212,6	-69,4	48,4%	76,52	-26,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	913,3	911,1	916,7	5,6	0,6%	3,42	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	2.507,5	1.071,3	2.048,3	976,9	91,2%	459,28	-18,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	501,7	0,0	-501,7	-100,0%	-	-
II.6 Demais	35,1	25,3	19,5	-5,8	-22,9%	15,60	-44,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	79.199,7	91.820,7	74.983,2	-16.837,5	-18,3%	-4.216,44	-5,3%
IV. DESPESA TOTAL	84.260,4	110.392,1	95.329,1	-15.063,0	-13,6%	11.068,69	13,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	33.119,2	39.286,6	43.841,2	4.554,6	11,6%	10.722,02	32,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.164,9	24.721,1	19.302,0	-5.419,1	-21,9%	1.137,04	6,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.046,1	24.393,4	12.275,6	-12.117,9	-49,7%	770,50	-5,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.314,7	4.908,6	5.242,3	333,6	6,8%	927,55	21,5%
IV.3.2 Anistiados	15,1	17,5	12,3	-5,2	-29,7%	2,75	-18,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.900,0	0,0	-2.900,0	-100,0%	-	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	77,4	15,6	-61,8	-79,8%	15,64	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	35,2	47,0	44,7	-2,3	-4,8%	9,53	27,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.510,4	4.117,9	4.088,4	-29,6	-0,7%	577,95	16,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	519,4	441,0	451,2	10,2	2,3%	68,19	-13,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	209,2	204,3	202,3	-2,0	-1,0%	6,85	-3,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.884,5	1.130,9	1.012,9	-118,0	-10,4%	871,53	-46,2%
IV.3.10 Convênios	12,5	13,0	14,4	1,3	10,3%	1,82	14,5%
IV.3.11 Doações	35,3	0,9	0,7	-0,2	-25,8%	34,66	-98,1%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	52,6	48,9	55,1	6,2	12,7%	2,47	4,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	773,1	800,9	800,9	0,0	0,0%	27,80	3,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	623,2	109,4	89,9	-9,5	-17,8%	533,27	-85,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	-	0,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.18 Ressarc. Est./Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	62,7	242,5	83,7	-158,8	-65,5%	20,98	33,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	825,6	9.149,172	-20,5	-9.169,7	-	846,18	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,0	21,4	19,2	-2,2	-10,3%	9,20	91,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.930,2	21.991,0	19.910,3	-2.080,7	-9,5%	-19,9	-0,1%
IV.4.1 PAC	3.746,5	3.141,6	2.506,3	-635,3	-20,2%	1.240,22	-33,1%
d/q MCMV	1.963,8	602,8	569,2	-8.583,7	-69,7%	1.002,03	-21,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	38,5	0,0	-38,5	-100,0%	-	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	15.230,6	17.802,9	16.384,5	-1.418,4	-8,0%	1.153,86	7,6%
IV.4.4 LEJU/MPU	953,1	1.008,0	1.019,6	11,6	1,1%	66,49	7,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-5.060,7	-18.571,4	-20.345,9	-1.774,4	9,6%	15.285,13	302,0%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	380,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.253,3	6.718,5	0,0	0,0	-	0,0	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	-6.933,7	-11.852,9	-20.345,9	-1.774,4	9,6%	15.285,13	302,0%
X. JUROS NOMINAIS	-41.742,7	-28.299,1	-28.299,1	0,0	-	0,0	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-48.676,5	-40.152,0	-48.645,0	-7,2%	-	0,0	-

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Agosto de 2016 (IPCA)



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
I. RECEITA TOTAL	104.008,0	108.360,0	91.314,6	-17.045,4	-15,7%	-12.693,4	-12,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	62.747,9	67.452,1	53.930,3	-13.521,8	-20,0%	-8.817,5	-14,1%
I.1.1 Imposto de Importação	3.621,8	2.382,7	2.792,8	410,1	17,2%	-829,0	-22,9%
I.1.2 IPI	4.265,9	3.134,5	3.388,9	254,5	8,1%	-877,0	-20,6%
I.1.3 Imposto de Renda	19.586,5	26.180,3	18.935,3	-7.245,0	-27,7%	-651,3	-3,3%
I.1.4 IOF	3.290,6	2.895,3	2.696,3	-198,9	-6,9%	-594,3	-18,1%
I.1.5 COFINS	18.475,9	18.069,4	16.323,8	-1.745,6	-9,7%	-2.152,0	-11,6%
I.1.6 PIS/PASEP	4.793,0	4.568,9	4.286,1	-282,8	-6,2%	-506,8	-10,6%
I.1.7 CSLL	3.438,8	8.024,5	3.462,3	-4.562,3	-56,9%	23,5	0,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	506,0	458,9	423,3	-35,6	-7,8%	-82,7	-16,3%
I.1.10 Outras	4.769,3	1.737,6	1.621,5	-116,1	-6,7%	-3.147,8	-66,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.475,5	27.589,3	28.527,0	937,7	3,4%	-1.948,4	-6,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	10.784,7	13.318,6	8.857,2	-4.461,4	-33,5%	-1.927,4	-17,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	78,2	1.908,5	422,1	-1.486,4	-77,9%	343,9	439,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.225,0	24,2	249,4	225,2	930,4%	-1.975,6	-88,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	987,1	914,6	952,7	38,1	4,2%	-34,4	-3,5%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.670,2	3.423,5	1.423,8	-1.999,7	-58,4%	-246,4	-14,8%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.269,2	1.982,2	1.215,3	-766,9	-38,7%	-53,9	-4,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.560,2	1.535,0	1.515,4	-19,6	-1,3%	-44,8	-2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	457,0	442,9	451,2	8,2	1,9%	-5,8	-1,3%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	102,7	69,5	-33,3	-32,4%	69,5	-
I.4.9 Demais Receitas	2.537,8	2.985,0	2.557,8	-427,2	-14,3%	20,0	0,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.700,5	16.135,3	16.331,3	196,1	1,2%	-1.369,2	-7,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.311,6	13.074,3	12.714,5	-359,8	-2,8%	-597,1	-4,5%
II.2 Fundos Constitucionais	622,9	540,5	632,4	91,9	17,0%	9,5	1,5%
II.2.1 Repasse Total	938,0	684,4	845,0	160,6	23,5%	-92,9	-9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-315,1	-143,9	-212,6	-68,8	47,8%	102,5	-32,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	995,2	915,1	916,7	1,6	0,2%	-78,5	-7,9%
II.4 Compensações Financeiras	2.732,6	1.076,0	2.048,3	972,2	90,4%	-684,3	-25,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	504,0	0,0	-504,0	-100,0%	0,0	-
II.6 Demais	38,2	25,4	19,5	-5,9	-23,2%	-18,7	-49,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	86.307,5	92.224,7	74.983,2	-17.241,5	-18,7%	-11.324,2	-13,1%
IV. DESPESA TOTAL	91.822,4	110.877,8	95.329,1	-15.548,7	-14,0%	3.506,7	3,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.091,5	39.459,5	43.841,2	4.381,8	11,1%	7.749,7	21,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.795,2	24.829,9	19.302,0	-5.527,9	-22,3%	-493,2	-2,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.216,9	24.500,8	12.275,6	-12.225,2	-49,9%	-1.941,3	-13,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.702,0	4.930,2	5.242,3	312,0	6,3%	540,3	11,5%
IV.3.2 Anistiados	16,4	17,6	12,3	-5,3	-30,1%	-4,1	-25,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.912,8	0,0	-2.912,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	77,8	15,6	-62,1	-79,9%	15,6	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	38,4	47,2	44,7	-2,5	-5,3%	6,4	16,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.825,5	4.136,1	4.088,4	-47,7	-1,2%	262,9	6,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	566,0	442,9	451,2	8,2	1,9%	-114,8	-20,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	228,0	205,2	202,3	-2,9	-1,4%	-25,6	-11,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.053,6	1.135,9	1.012,9	-122,9	-10,8%	-1.040,6	-50,7%
IV.3.10 Convênios	13,7	13,1	14,4	1,3	9,8%	0,7	5,0%
IV.3.11 Doações	38,5	0,9	0,7	-0,2	-26,1%	-37,8	-98,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	57,4	49,1	55,1	6,0	12,2%	-2,3	-3,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	842,5	804,4	800,9	-3,5	-0,4%	-41,6	-4,9%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	679,1	109,9	89,9	-20,0	-18,2%	-589,2	-86,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	177,1	163,2	162,5	-0,7	-0,4%	-14,6	-8,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	68,3	243,5	83,7	-159,9	-65,6%	15,4	22,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	899,7	9.189,4	-20,5	-9.210,0	-	-920,3	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,9	21,5	19,2	-2,3	-10,7%	8,3	76,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.718,8	22.087,7	19.910,3	-2.177,4	-9,9%	-1.808,5	-8,3%
IV.4.1 PAC	4.082,7	3.155,4	2.506,3	-649,2	-20,6%	-1.576,5	-38,6%
d/q MCMV	2.140,0	605,4	569,2	-36,2	-6,0%	-1.570,8	-73,4%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	38,6	0,0	-38,6	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	16.597,5	17.881,2	16.384,5	-1.496,8	-8,4%	-213,0	-1,3%
IV.4.4 LEJU/MPU	1.038,6	1.012,4	1.019,6	7,1	0,7%	-19,0	-1,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-5.514,9	-18.653,1	-20.345,9	-1.692,7	9,1%	-14.831,0	268,9%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	414,4	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.455,5	6.748,1	0,0	0,0	-	0,0	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	-7.556,0	-11.905,0	-20.345,9	-1.692,7	9,1%	-14.831,0	268,9%
X. JUROS NOMINAIS	-45.489,0	-28.423,7	-28.423,7	0,0	-	0,0	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-53.045,0	-40.328,7	-48.769,6	4.275,3	10,3%	-48.769,6	-

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago		
I. RECEITA TOTAL	827.393,6	844.437,1	17.043,5	2,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	516.518,1	520.145,7	3.627,6	0,7%
I.1.1 Imposto de Importação	26.303,0	21.033,0	-5.270,0	-20,0%
I.1.2 IPI	31.605,5	26.923,6	-4.682,0	-14,8%
I.1.3 Imposto de Renda	205.261,3	214.396,1	9.134,8	4,5%
I.1.4 IOF	22.976,0	22.394,8	-581,2	-2,5%
I.1.5 COFINS	133.995,7	137.116,0	3.120,4	2,3%
I.1.6 PIS/PASEP	35.527,4	36.233,7	706,4	2,0%
I.1.7 CSLL	43.552,2	48.892,8	5.340,6	12,3%
I.1.8 CPMF	0,9	0,0	-0,9	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.415,0	4.035,2	2.620,2	185,2%
I.1.10 Outras	15.881,1	9.120,4	-6.760,7	-42,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,6	-10,5	0,1	-1,3%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	222.274,1	226.815,3	4.541,2	2,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	88.612,0	97.486,6	8.874,6	10,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.476,9	20.915,5	15.438,6	281,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.407,6	1.279,0	-4.128,6	-76,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	7.269,6	7.294,3	24,6	0,3%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	19.612,5	15.783,4	-3.829,1	-19,5%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.016,2	9.675,8	-340,4	-3,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	13.087,5	13.385,1	297,6	2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.126,1	3.568,9	442,7	14,2%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	449,0	449,0	-
I.4.9 Demais Receitas	24.615,6	25.135,8	520,2	2,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	138.189,0	137.606,3	-582,6	-0,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	112.215,5	112.660,2	444,7	0,4%
II.2 Fundos Constitucionais	4.065,7	4.922,0	856,3	21,1%
II.2.1 Repasse Total	7.363,8	7.310,3	-53,5	-0,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.298,1	-2.388,3	909,8	-27,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.805,9	8.029,5	-776,4	-8,8%
II.4 Compensações Financeiras	12.715,7	10.475,4	-2.240,3	-17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	120,6	1.236,8	1.116,2	925,5%
II.6 Demais	265,5	282,4	16,9	6,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	689.204,7	706.830,8	17.626,1	2,6%
IV. DESPESA TOTAL	703.169,0	778.249,6	75.080,6	10,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	266.838,7	314.389,6	47.550,9	17,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	152.540,0	161.811,6	9.271,6	6,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	119.360,0	132.835,9	13.476,0	11,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	30.742,3	39.458,4	8.716,1	28,4%
IV.3.2 Anistiados	147,0	143,0	-4,0	-2,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.900,0	2.900,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	251,7	-998,3	-79,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	627,0	356,0	-271,1	-43,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	28.278,8	32.486,3	4.207,4	14,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.926,3	3.569,0	-357,3	-9,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.856,7	2.698,0	841,3	45,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.311,4	13.427,5	-3.883,9	-22,4%
IV.3.10 Convênios	108,5	133,6	25,0	23,1%
IV.3.11 Doações	51,7	259,0	207,4	401,4%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	460,8	261,6	-199,2	-43,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.195,3	9.215,0	-980,4	-9,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	4.933,0	741,3	-4.191,7	-85,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.300,0	3.257,8	1.957,8	150,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	787,5	1.008,7	221,3	28,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	16.713,3	22.349,7	5.636,4	33,7%
IV.3.21 Transferências ANA	169,1	170,8	1,6	1,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	501,2	148,6	-352,6	-70,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	164.430,3	169.212,5	4.782,2	2,9%
IV.4.1 PAC	27.016,6	24.751,2	-2.265,4	-8,4%
d/q MCMV	10.096,3	4.168,5	-5.927,8	-58,7%
IV.4.3 Emissões de TDA	118,3	117,0	-1,3	-1,1%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	129.559,5	136.446,4	6.886,9	5,3%
IV.4.4 LEJU/MPU	7.736,1	7.898,0	161,9	2,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-13.964,3	-71.418,8	-57.454,5	411,4%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	2.219,3			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-3.139,5			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-14.884,5			
X. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-277.032,2			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-291.916,7			

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago		
I. RECEITA TOTAL	923.224,0	860.969,5	-62.254,4	-6,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	576.744,2	530.477,1	-46.267,0	-8,0%
I.1.1 Imposto de Importação	29.322,9	21.434,3	-7.888,6	-26,9%
I.1.2 IPI	35.269,0	27.441,7	-7.827,3	-22,2%
I.1.3 Imposto de Renda	229.500,5	218.820,1	-10.680,4	-4,7%
I.1.4 IOF	25.587,6	22.815,0	-2.772,6	-10,8%
I.1.5 COFINS	149.436,2	139.673,9	-9.762,3	-6,5%
I.1.6 PIS/PASEP	39.626,0	36.920,9	-2.705,1	-6,8%
I.1.7 CSLL	48.842,0	49.966,0	1.124,0	2,3%
I.1.8 CPMF	1,0	0,0	-1,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.547,5	4.109,7	2.562,3	165,6%
I.1.10 Outras	17.611,4	9.295,4	-8.316,0	-47,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	98.790,4	99.502,5	712,2	0,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	6.063,8	21.480,7	15.416,8	254,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.984,3	1.298,7	-4.685,5	-78,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.105,9	7.428,1	-677,8	-8,4%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	21.912,5	16.078,8	-5.833,7	-26,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.163,8	9.839,8	-1.324,0	-11,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	14.634,7	13.659,3	-975,4	-6,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.480,9	3.635,1	154,2	4,4%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	454,3	454,3	-
I.4.9 Demais Receitas	27.444,4	25.627,7	-1.816,7	-6,6%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.326,2	140.204,6	-14.121,6	-9,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	125.330,6	114.794,9	-10.535,7	-8,4%
II.2 Fundos Constitucionais	4.525,9	5.013,2	487,3	10,8%
II.2.1 Repasse Total	8.225,8	7.451,3	-774,5	-9,4%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.699,9	-2.438,1	1.261,8	-34,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.867,4	8.187,2	-1.680,2	-17,0%
II.4 Compensações Financeiras	14.173,0	10.658,7	-3.514,2	-24,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	132,1	1.260,9	1.128,8	854,4%
II.6 Demais	297,2	289,6	-7,6	-2,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	768.897,8	720.765,0	-48.132,8	-6,3%
IV. DESPESA TOTAL	783.748,3	792.746,8	8.998,5	1,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	169.990,6	164.782,3	-5.208,3	-3,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	132.958,7	135.550,0	2.591,3	1,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	34.244,9	40.266,6	6.021,7	17,6%
IV.3.2 Anistiados	164,0	145,8	-18,2	-11,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.912,8	2.912,8	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.440,5	256,4	-1.184,2	-82,2%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	701,5	362,4	-339,1	-48,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	31.521,5	33.081,5	1.560,0	4,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.373,0	3.635,3	-737,7	-16,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.068,8	2.764,9	696,1	33,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	19.279,4	13.719,3	-5.560,1	-28,8%
IV.3.10 Convênios	121,0	136,3	15,2	12,6%
IV.3.11 Doações	56,7	263,5	206,7	364,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	510,6	265,0	-245,6	-48,1%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.448,5	9.417,7	-2.030,8	-17,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	5.507,0	754,1	-4.752,9	-86,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.438,4	3.310,7	1.872,3	130,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	885,2	1.026,2	141,0	15,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.447,9	22.904,0	4.456,1	24,2%
IV.3.21 Transferências ANA	188,7	174,1	-14,6	-7,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	561,0	153,7	-407,3	-72,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	183.406,5	172.392,1	-11.014,4	-6,0%
IV.4.1 PAC	30.145,5	25.250,2	-4.895,3	-16,2%
d/q MCMV	11.259,4	4.247,0	-7.012,4	-62,3%
IV.4.3 Emissões de TDA	130,8	118,4	-12,4	-9,5%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	144.523,7	138.986,2	-5.537,5	-3,8%
IV.4.4 LEJU/MPU	8.606,5	8.037,3	-569,2	-6,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-14.850,5	-71.981,9	-57.131,4	384,7%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	2.463,0			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-3.450,6			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-15.838,2			
X. JUROS NOMINAIS	-308.061,7			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-323.899,8			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Ago/15	Ago/16 Ago/15
I. RECEITA TOTAL	95.442,5	107.885,3	91.314,6	-16.570,7	-15,4%	-4.127,9	-4,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	57.580,3	67.156,6	53.930,3	-13.226,3	-19,7%	-3.650,0	-6,3%
I.1.1 Imposto de Importação	3.323,5	2.372,3	2.792,8	420,5	17,7%	-530,7	-16,0%
I.1.2 IPI	3.914,6	3.120,7	3.388,9	268,2	8,6%	-525,7	-13,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	409,0	249,0	306,1	57,1	22,9%	-102,9	-25,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	165,5	168,6	203,6	35,0	20,8%	38,0	23,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	412,2	204,9	208,0	3,1	1,5%	-204,2	-49,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.420,8	1.007,8	1.140,1	132,2	13,1%	-280,8	-19,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.506,9	1.490,4	1.531,1	40,8	2,7%	24,2	1,6%
I.1.3 Imposto de Renda	17.973,5	26.065,6	18.935,3	-7.130,3	-27,4%	961,8	5,4%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	2.043,1	2.558,9	2.241,7	-317,2	-12,4%	198,6	9,7%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	5.887,4	12.005,5	6.125,1	-5.880,3	-49,0%	237,7	4,0%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	10.043,0	11.501,2	10.568,4	-932,8	-8,1%	525,4	5,2%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.639,7	5.035,3	4.961,0	-74,2	-1,5%	321,3	6,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.126,7	3.409,8	3.345,4	-64,4	-1,9%	218,7	7,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.485,5	2.211,6	1.468,5	-743,1	-33,6%	-17,0	-1,1%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	791,1	844,6	793,5	-51,1	-6,0%	2,4	0,3%
I.1.4 IOF	3.019,6	2.882,6	2.696,3	-186,2	-6,5%	-323,3	-10,7%
I.1.5 COFINS	16.954,3	17.990,3	16.323,8	-1.666,5	-9,3%	-630,5	-3,7%
I.1.6 PIS/PASEP	4.398,2	4.548,8	4.286,1	-262,7	-5,8%	-112,1	-2,5%
I.1.7 CSLL	3.155,6	7.989,4	3.462,3	-4.527,1	-56,7%	306,7	9,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	464,3	456,9	423,3	-33,6	-7,4%	-41,1	-8,8%
I.1.10 Outras	4.376,6	1.730,0	1.621,5	-108,5	-6,3%	-2.755,0	-62,9%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS ^{2/}	27.965,7	27.468,4	28.527,0	1.058,6	3,9%	561,3	2,0%
I.3.1 Urbana	27.362,4	26.798,9	27.875,3	1.076,4	4,0%	512,9	1,9%
I.3.2 Rural	603,3	669,5	651,7	-17,8	-2,7%	48,5	8,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.896,5	13.260,3	8.857,2	-4.403,1	-33,2%	-1.039,3	-10,5%
I.4.1 Concessões e Permissões	71,8	1.900,1	422,1	-1.478,0	-77,8%	350,3	487,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.041,7	24,1	249,4	225,3	934,9%	-1.792,3	-87,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	905,8	910,6	952,7	42,1	4,6%	46,9	5,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.532,6	3.408,5	1.423,8	-1.984,7	-58,2%	-108,8	-7,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.164,7	1.973,5	1.215,3	-758,2	-38,4%	50,7	4,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.431,7	1.528,2	1.515,4	-12,8	-0,8%	83,7	5,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	419,4	441,0	451,2	10,2	2,3%	31,8	7,6%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	102,3	69,5	-32,8	-32,1%	69,5	-
I.4.9 Demais Receitas	2.328,8	2.972,0	2.557,8	-414,1	-13,9%	229,0	9,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.242,8	16.064,6	16.331,3	266,7	1,7%	88,5	0,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	12.215,4	13.017,0	12.714,5	-302,5	-2,3%	499,1	4,1%
II.2 Fundos Constitucionais	571,6	538,2	632,4	94,2	17,5%	60,8	10,6%
II.2.1 Repasse Total	860,7	681,4	845,0	163,6	24,0%	-15,7	-1,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-289,2	-143,3	-212,6	-69,4	48,4%	76,5	-26,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	913,3	911,1	916,7	5,6	0,6%	3,4	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	2.507,5	1.071,3	2.048,3	976,9	91,2%	-459,3	-18,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	501,7	0,0	-501,7	-100,0%	0,0	-
II.6 Demais	35,1	25,3	19,5	-5,8	-22,9%	-15,6	-44,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	79.199,7	91.820,7	74.983,2	-16.837,5	-18,3%	-4.216,4	-5,3%

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Ago/15	Ago/16 Ago/15
I. RECEITA TOTAL	104.008,0	108.360,0	91.314,6	-17.045,4	-15,7%	-12.693,4	-12,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	62.747,9	67.452,1	53.930,3	-13.521,8	-20,0%	-8.817,5	-14,1%
I.1.1 Imposto de Importação	3.621,8	2.382,7	2.792,8	410,1	17,2%	-829,0	-22,9%
I.1.2 IPI	4.265,9	3.134,5	3.388,9	254,5	8,1%	-877,0	-20,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	445,7	250,1	306,1	56,0	22,4%	-139,6	-31,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	180,4	169,3	203,6	34,3	20,2%	23,2	12,9%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	449,2	205,8	208,0	2,2	1,1%	-241,2	-53,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.548,4	1.012,3	1.140,1	127,8	12,6%	-408,3	-26,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.642,2	1.496,9	1.531,1	34,2	2,3%	-111,1	-6,8%
I.1.3 Imposto de Renda	19.586,5	26.180,3	18.935,3	-7.245,0	-27,7%	-651,3	-3,3%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	2.226,5	2.570,2	2.241,7	-328,4	-12,8%	15,2	0,7%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	6.415,8	12.058,3	6.125,1	-5.933,2	-49,2%	-290,6	-4,5%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	10.944,3	11.551,8	10.568,4	-983,4	-8,5%	-375,9	-3,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.056,1	5.057,4	4.961,0	-96,4	-1,9%	-95,1	-1,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.407,3	3.424,8	3.345,4	-79,4	-2,3%	-61,9	-1,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.618,8	2.221,3	1.468,5	-752,8	-33,9%	-150,3	-9,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	862,1	848,3	793,5	-54,8	-6,5%	-68,6	-8,0%
I.1.4 IOF	3.290,6	2.895,3	2.696,3	-198,9	-6,9%	-594,3	-18,1%
I.1.5 COFINS	18.475,9	18.069,4	16.323,8	-1.745,6	-9,7%	-2.152,0	-11,6%
I.1.6 PIS/PASEP	4.793,0	4.568,9	4.286,1	-282,8	-6,2%	-506,8	-10,6%
I.1.7 CSLL	3.438,8	8.024,5	3.462,3	-4.562,3	-56,9%	23,5	0,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	506,0	458,9	423,3	-35,6	-7,8%	-82,7	-16,3%
I.1.10 Outras	4.769,3	1.737,6	1.621,5	-116,1	-6,7%	-3.147,8	-66,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS ^{2/}	30.475,5	27.589,3	28.527,0	937,7	3,4%	-1.948,4	-6,4%
I.3.1 Urbana	29.818,0	26.916,8	27.875,3	958,5	3,6%	-1.942,8	-6,5%
I.3.2 Rural	657,4	672,5	651,7	-20,7	-3,1%	-5,7	-0,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	10.784,7	13.318,6	8.857,2	-4.461,4	-33,5%	-1.927,4	-17,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	78,2	1.908,5	422,1	-1.486,4	-77,9%	343,9	439,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.225,0	24,2	249,4	225,2	930,4%	-1.975,6	-88,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	987,1	914,6	952,7	38,1	4,2%	-34,4	-3,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.670,2	3.423,5	1.423,8	-1.999,7	-58,4%	-246,4	-14,8%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.269,2	1.982,2	1.215,3	-766,9	-38,7%	-53,9	-4,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.560,2	1.535,0	1.515,4	-19,6	-1,3%	-44,8	-2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	457,0	442,9	451,2	8,2	1,9%	-5,8	-1,3%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	102,7	69,5	-33,3	-32,4%	69,5	-
I.4.9 Demais Receitas	2.537,8	2.985,0	2.557,8	-427,2	-14,3%	20,0	0,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.700,5	16.135,3	16.331,3	196,1	1,2%	-1.369,2	-7,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.311,6	13.074,3	12.714,5	-359,8	-2,8%	-597,1	-4,5%
II.2 Fundos Constitucionais	622,9	540,5	632,4	91,9	17,0%	9,5	1,5%
II.2.1 Repasse Total	938,0	684,4	845,0	160,6	23,5%	-92,9	-9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-315,1	-143,9	-212,6	-68,8	47,8%	102,5	-32,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	995,2	915,1	916,7	1,6	0,2%	-78,5	-7,9%
II.4 Compensações Financeiras	2.732,6	1.076,0	2.048,3	972,2	90,4%	-684,3	-25,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	504,0	0,0	-504,0	-100,0%	0,0	-
II.6 Demais	38,2	25,4	19,5	-5,9	-23,2%	-18,7	-49,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	86.307,5	92.224,7	74.983,2	-17.241,5	-18,7%	-11.324,2	-13,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
I. RECEITA TOTAL	827.393,6	844.437,1	17.043,5	2,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	516.518,1	520.145,7	3.627,6	0,7%
I.1.1 Imposto de Importação	26.303,0	21.033,0	-5.270,0	-20,0%
I.1.2 IPI	31.605,5	26.923,6	-4.682,0	-14,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.716,1	3.695,3	-20,8	-0,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.793,9	1.607,0	-186,9	-10,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.034,6	2.274,9	-759,7	-25,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	11.318,1	8.913,1	-2.405,0	-21,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	11.742,9	10.433,4	-1.309,5	-11,2%
I.1.3 Imposto de Renda	205.261,3	214.396,1	9.134,8	4,5%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	20.934,5	21.942,0	1.007,5	4,8%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	76.061,5	77.812,4	1.750,9	2,3%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	108.265,3	114.641,7	6.376,4	5,9%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	54.240,4	57.352,3	3.111,9	5,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	30.994,4	35.234,7	4.240,3	13,7%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	15.773,9	15.336,8	-437,1	-2,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	7.256,6	6.717,9	-538,7	-7,4%
I.1.4 IOF	22.976,0	22.394,8	-581,2	-2,5%
I.1.5 COFINS	133.995,7	137.116,0	3.120,4	2,3%
I.1.6 PIS/PASEP	35.527,4	36.233,7	706,4	2,0%
I.1.7 CSLL	43.552,2	48.892,8	5.340,6	12,3%
I.1.8 CPMF	0,9	0,0	-0,9	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.415,0	4.035,2	2.620,2	185,2%
I.1.10 Outras	15.881,1	9.120,4	-6.760,7	-42,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-10,6	-10,5	0,1	-1,3%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	222.274,1	226.815,3	4.541,2	2,0%
I.3.1 Urbana	217.726,1	221.620,3	3.894,2	1,8%
I.3.2 Rural	4.548,1	5.195,0	647,0	14,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	88.612,0	97.486,6	8.874,6	10,0%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.476,9	20.915,5	15.438,6	281,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.407,6	1.279,0	-4.128,6	-76,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	7.269,6	7.294,3	24,6	0,3%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	19.612,5	15.783,4	-3.829,1	-19,5%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.016,2	9.675,8	-340,4	-3,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	13.087,5	13.385,1	297,6	2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.126,1	3.568,9	442,7	14,2%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	449,0	449,0	-
I.4.9 Demais Receitas	24.615,6	25.135,8	520,2	2,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	138.189,0	137.606,3	-582,6	-0,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	112.215,5	112.660,2	444,7	0,4%
II.2 Fundos Constitucionais	4.065,7	0,0	-4.065,7	-100,0%
II.2.1 Repasse Total	7.363,8	7.310,3	-53,5	-0,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.298,1	-2.388,3	909,8	-27,6%
II.3 Contribuição do Salário Educação	8.805,9	8.029,5	-776,4	-8,8%
II.4 Compensações Financeiras	12.715,7	10.475,4	-2.240,3	-17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	120,6	1.236,8	1.116,2	925,5%
II.6 Demais	265,5	282,4	16,9	6,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	689.204,7	706.830,8	17.626,1	2,6%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
I. RECEITA TOTAL	923.224,0	860.969,5	-62.254,4	-6,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	576.744,2	530.477,1	-46.267,0	-8,0%
I.1.1 Imposto de Importação	29.322,9	21.434,3	-7.888,6	-26,9%
I.1.2 IPI	35.269,0	27.441,7	-7.827,3	-22,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.177,0	3.775,2	-401,7	-9,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.008,0	1.636,3	-371,7	-18,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.381,5	2.316,6	-1.064,8	-31,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	12.611,8	9.081,6	-3.530,3	-28,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	13.090,7	10.632,1	-2.458,7	-18,8%
I.1.3 Imposto de Renda	229.500,5	218.820,1	-10.680,4	-4,7%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	23.261,4	22.318,1	-943,3	-4,1%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	85.303,1	79.561,7	-5.741,4	-6,7%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	120.936,0	116.940,4	-3.995,7	-3,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	60.722,9	58.585,3	-2.137,7	-3,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	34.510,2	35.865,7	1.355,5	3,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	17.606,6	15.640,3	-1.966,3	-11,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	8.096,3	6.849,0	-1.247,2	-15,4%
I.1.4 IOF	25.587,6	22.815,0	-2.772,6	-10,8%
I.1.5 COFINS	149.436,2	139.673,9	-9.762,3	-6,5%
I.1.6 PIS/PASEP	39.626,0	36.920,9	-2.705,1	-6,8%
I.1.7 CSLL	48.842,0	49.966,0	1.124,0	2,3%
I.1.8 CPMF	1,0	0,0	-1,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.547,5	4.109,7	2.562,3	165,6%
I.1.10 Outras	17.611,4	9.295,4	-8.316,0	-47,2%
I.2 - Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	247.701,1	231.000,6	-16.700,5	-6,7%
I.3.1 Urbana	242.639,0	225.713,9	-16.925,1	-7,0%
I.3.2 Rural	5.062,1	5.286,7	224,6	4,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	98.790,4	99.502,5	712,2	0,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	6.063,8	21.480,7	15.416,8	254,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	5.984,3	1.298,7	-4.685,5	-78,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.105,9	7.428,1	-677,8	-8,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	21.912,5	16.078,8	-5.833,7	-26,6%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	11.163,8	9.839,8	-1.324,0	-11,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	14.634,7	13.659,3	-975,4	-6,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.480,9	3.635,1	154,2	4,4%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	454,3	454,3	-
I.4.9 Demais Receitas	27.444,4	25.627,7	-1.816,7	-6,6%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	154.326,2	140.204,6	-14.121,6	-9,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	125.330,6	114.794,9	-10.535,7	-8,4%
II.2 Fundos Constitucionais	4.525,9	5.013,2	487,3	10,8%
II.2.1 Repasse Total	8.225,8	7.451,3	-774,5	-9,4%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-3.699,9	-2.438,1	1.261,8	-34,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.867,4	8.187,2	-1.680,2	-17,0%
II.4 Compensações Financeiras	14.173,0	10.658,7	-3.514,2	-24,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	132,1	1.260,9	1.128,8	854,4%
II.6 Demais	297,2	289,6	-7,6	-2,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	768.897,8	720.765,0	-48.132,8	-6,3%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/16 Jul/16		Ago/16 Ago/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	2.041,7	24,1	249,4	225,3	934,9%	-1.792,3	-87,8%
Banco do Brasil	0,0	0,0	203,4	203,4	-	203,4	-
BNB	27,1	0,0	27,5	27,5	-	0,4	1,6%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	1.945,4	0,0	0,0	0,0	-	-1.945,4	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	21,8	8,1	0,0	-8,1	-100,0%	-21,8	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	47,4	16,0	18,4	2,4	15,1%	-29,0	-61,1%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Ago/16 Jul/16		Ago/16 Ago/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	2.225,0	24,2	249,4	225,2	930,4%	-1.975,6	-88,8%
Banco do Brasil	0,0	0,0	203,4	203,4	-	203,4	-
BNB	29,5	0,0	27,5	27,5	-	-2,0	-6,8%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	2.120,0	0,0	0,0	0,0	-	-2.120,0	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	23,7	8,1	0,0	-8,1	-100,0%	-23,7	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	51,7	16,1	18,4	2,3	14,6%	-33,2	-64,3%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	5.407,6	1.279,0	-4.128,6	-76,3%
Banco do Brasil	1.758,0	872,5	-885,5	-0,5
BNB	248,6	37,0	-211,6	-0,9
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	3.018,2	57,1	-2.961,1	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletróbrás	0,0	0,0	0,0	-1,0
IRB	110,3	71,8	-38,5	-0,3
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	272,5	240,6	-31,9	-0,1

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	5.984,3	1.298,7	-4.685,5	-78,3%
Banco do Brasil	1.956,4	884,4	-1.071,9	-0,5
BNB	276,7	37,2	-239,5	-0,9
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	3.325,5	58,7	-3.266,9	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletróbrás	0,0	0,0	0,0	-1,0
IRB	123,2	73,5	-49,7	-0,4
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	302,5	244,9	-57,6	-0,2

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015		2016		Diferença		Variação (%)	
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Ago/15	Ago/16 Ago/15	Ago/16 Ago/15
IV. DESPESA TOTAL	84.260,4	110.392,1	95.329,1	95.329,1	-15.063,0	-13,6%	11.068,7	13,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	33.119,2	39.286,6	43.841,2	43.841,2	4.554,6	11,6%	10.722,0	32,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	25.690,9	30.718,5	32.962,4	32.962,4	2.243,9	7,3%	7.271,5	28,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	348,3	698,3	338,0	338,0	-360,3	-51,6%	-10,3	-3,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	7.428,3	8.568,1	10.878,8	10.878,8	2.310,7	27,0%	3.450,6	46,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	101,4	196,2	112,2	112,2	-84,0	-42,8%	10,8	10,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.164,9	24.721,1	19.302,0	19.302,0	-5.419,1	-21,9%	1.137,0	6,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	201,0	536,3	354,9	354,9	-181,3	-33,8%	153,9	76,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.046,1	24.393,4	12.275,6	12.275,6	-12.117,9	-49,7%	-770,5	-5,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.314,7	4.908,6	5.242,3	5.242,3	333,6	6,8%	927,6	21,5%
Abono	1.597,6	1.955,5	1.500,0	1.500,0	-455,5	-23,3%	-97,6	-6,1%
Seguro Desemprego	2.717,1	2.953,1	3.742,3	3.742,3	789,2	26,7%	1.025,2	37,7%
d/q Seguro Defeso	281,0	48,4	84,7	84,7	36,3	75,1%	56,6	201,1%
IV.3.2 Anistiados	15,1	17,5	12,3	12,3	-5,2	-29,7%	-2,7	-18,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.900,0	0,0	0,0	-2.900,0	-100,0%	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	77,4	15,6	15,6	-61,8	-79,8%	15,6	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	35,2	47,0	44,7	44,7	-2,3	-4,8%	9,5	27,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.510,4	4.117,9	4.088,4	4.088,4	-29,6	-0,7%	578,0	16,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	53,1	89,1	32,5	32,5	-56,6	-63,5%	-20,6	-38,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	519,4	441,0	451,2	451,2	10,2	2,3%	-68,2	-13,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	209,2	204,3	202,3	202,3	-2,0	-1,0%	-6,9	-3,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.884,5	1.130,9	1.012,9	1.012,9	-118,0	-10,4%	-871,5	-46,2%
IV.3.10 Convênios	12,5	13,0	14,4	14,4	1,3	1,8%	1,8	1,8%
IV.3.11 Doações	35,3	0,9	0,7	0,7	-0,2	-25,8%	-34,7	-98,1%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	52,6	48,9	55,1	55,1	6,2	12,7%	2,5	4,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	773,1	800,9	800,9	800,9	0,0	0,0%	27,8	3,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	623,2	109,4	89,9	89,9	-19,5	-17,8%	-533,3	-85,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	162,5	162,5	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est./Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	62,7	242,5	83,7	83,7	-158,8	-65,5%	21,0	33,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	825,6	9.149,2	-20,5	-20,5	-9.169,7	-	-846,2	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	782,6	9.044,4	-20,5	-20,5	-9.064,9	-	-803,2	-
Equalização de custeio agropecuário	36,6	515,1	20,9	20,9	-494,2	-95,9%	-15,7	-43,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	9,1	1.109,8	7,1	7,1	-1.102,7	-99,4%	-1,9	-21,5%
Política de preços agrícolas	108,7	26,3	-47,5	-47,5	-73,8	-	-156,2	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	14,0	0,1	0,1	-13,9	-99,1%	0,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	20,4	8,8	-49,7	-49,7	-58,4	-	-70,0	-
Garantia à Sustentação de Preços	88,4	3,6	2,0	2,0	-1,5	-42,5%	-86,3	-97,7%
Pronaf	325,7	1.987,1	5,5	5,5	-1.981,5	-99,7%	-320,2	-98,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	401,3	2.196,8	13,0	13,0	-2.183,8	-99,4%	-388,3	-96,8%
Concessão de Financiamento	-75,6	-209,8	-7,5	-7,5	202,3	-96,4%	68,1	-90,1%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	63,7	98,6	-8,8	-8,8	-107,4	-	-72,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	104,5	44,3	3,9	3,9	-40,3	-91,1%	-100,6	-96,2%
Concessão de Financiamento	-40,9	54,3	-12,7	-12,7	-67,1	-	28,1	-68,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	23,0	21,3	21,3	-1,7	-7,4%	21,3	-
Álcool	0,0	29,0	0,0	0,0	-29,0	-100,0%	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Sertificação da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	8,4	-18,8	-24,9	-24,9	-6,0	32,1%	-33,3	-
Funcafé	3,9	4,5	2,1	2,1	-2,4	-53,9%	-1,8	-46,3%
Revitaliza	0,0	11,5	0,0	0,0	-11,5	-100,0%	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5,4	5.086,3	3,8	3,8	-5.082,5	-99,9%	-1,7	-30,6%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,1	3,0	0,0	0,0	-3,0	-100,0%	-2,1	-100,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	144,0	146,1	0,0	0,0	-146,1	-100,0%	-144,0	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	124,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-124,0	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,6	23,1	0,0	0,0	-23,1	-100,0%	-0,6	-100,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-49,7	-0,1	0,0	0,0	0,1	-100,0%	49,7	-100,0%
Proagro	35,0	97,8	0,0	0,0	-97,8	-100,0%	-35,0	-100,0%
PNAFE	8,0	-0,7	0,0	0,0	0,7	-100,0%	-8,0	-100,0%
PRODECER	0,0	7,7	0,0	0,0	-7,7	-100,0%	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,0	21,4	19,2	19,2	-2,2	-10,3%	9,2	91,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.930,2	21.991,0	19.910,3	19.910,3	-2.080,7	-9,5%	-19,9	-0,1%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	18.977,1	20.983,0	18.890,7	18.890,7	-2.092,2	-10,0%	-86,4	-0,5%
IV.4.1.1 PAC	3.746,5	3.141,6	2.506,3	2.506,3	-635,3	-20,2%	-1.240,2	-33,1%
d/q MCMV	1.963,8	602,8	569,2	569,2	-33,6	-5,6%	-1.394,6	-71,0%
IV.4.1.2 Demais	15.230,6	17.802,9	16.384,5	16.384,5	-1.418,4	-8,0%	1.153,9	7,6%
Min. da Saúde	7.156,0	8.227,3	7.860,3	7.860,3	-367,0	-4,5%	704,4	9,8%
Min. do Des. Social	2.602,5	2.644,5	2.613,6	2.613,6	-31,0	-1,2%	11,0	0,4%
Min. da Educação	2.452,7	3.069,7	2.439,0	2.439,0	-630,8	-20,5%	-13,7	-0,6%
Demais	3.019,4	3.861,3	3.471,6	3.471,6	-389,7	-10,1%	452,2	15,0%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	38,5	0,0	0,0	-38,5	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	953,1	1.008,0	1.019,6	1.019,6	11,6	1,1%	66,5	7,0%
Legislativo	131,6	176,8	145,6	145,6	-31,3	-17,7%	13,9	10,6%
Judiciário	650,5	614,1	653,8	653,8	39,7	6,5%	3,3	0,5%
Demais	171,0	217,1	220,2	220,2	3,1	1,4%	49,2	28,8%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de ago/16 - IPCA



Discriminação	2015		2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto	Agosto				
IV. DESPESA TOTAL	91.822,4	110.877,8	95.329,1	95.329,1	-15.548,7	-14,0%	3.506,7	3,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.091,5	39.459,5	43.841,2	43.841,2	4.381,8	11,1%	7.749,7	21,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	27.996,6	30.853,7	32.962,4	32.962,4	2.108,7	6,8%	4.965,8	17,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	379,6	701,3	338,0	338,0	-363,3	-51,8%	-41,6	-11,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.094,9	8.605,8	10.878,8	10.878,8	2.273,0	26,4%	2.783,9	34,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	110,6	197,1	112,2	112,2	-84,8	-43,1%	1,7	1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.795,2	24.829,9	19.302,0	19.302,0	-5.527,9	-22,3%	-493,2	-2,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	219,1	538,6	354,9	354,9	-183,7	-34,1%	135,8	62,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.216,9	24.500,8	12.275,6	12.275,6	-12.225,2	-49,9%	-1.941,3	-13,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.702,0	4.930,2	5.242,3	5.242,3	312,0	6,3%	540,3	11,5%
Abono	1.741,0	1.964,1	1.500,0	1.500,0	-464,1	-23,6%	-241,0	-13,8%
Seguro Desemprego	2.961,0	2.966,1	3.742,3	3.742,3	776,2	26,2%	781,3	26,4%
d/q Seguro Defeso	30,7	48,6	84,7	84,7	36,1	74,3%	54,1	176,3%
IV.3.2 Anistiados	16,4	17,6	12,3	12,3	-5,3	-30,1%	-4,1	-25,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.912,8	0,0	0,0	-2.912,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	77,8	15,6	15,6	-62,1	-79,9%	15,6	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	38,4	47,2	44,7	44,7	-2,5	-5,3%	6,4	16,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.825,5	4.136,1	4.088,4	4.088,4	-47,7	-1,2%	262,9	6,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	57,8	89,4	32,5	32,5	-57,0	-63,7%	-25,4	-43,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	566,0	442,9	451,2	451,2	8,2	1,9%	-114,8	-20,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	228,0	205,2	202,3	202,3	-2,9	-1,4%	-25,6	-11,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.053,6	1.135,9	1.012,9	1.012,9	-122,9	-10,8%	-1.040,6	-50,7%
IV.3.10 Convênios	13,7	13,1	14,4	14,4	1,3	1,3%	0,7	0,7%
IV.3.11 Doações	38,5	0,9	0,7	0,7	-0,2	-26,1%	-37,8	-98,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	57,4	49,1	55,1	55,1	6,0	12,2%	-2,3	-3,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	842,5	804,4	800,9	800,9	-3,5	-0,4%	-41,6	-4,9%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	679,1	109,9	89,9	89,9	-20,0	-18,2%	-589,2	-86,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	177,1	163,2	162,5	162,5	-0,7	-0,4%	-14,6	-8,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	68,3	243,5	83,7	83,7	-159,9	-65,6%	15,4	22,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	899,7	9.189,4	-20,5	-20,5	-9.210,0	-	-920,3	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	852,9	9.084,2	-20,5	-20,5	-9.104,7	-	-873,4	-
Equalização de custeio agropecuário	39,9	517,4	20,9	20,9	-496,5	-96,0%	-19,0	-47,7%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	9,9	1.114,7	7,1	7,1	-1.107,6	-99,4%	-2,8	-28,0%
Política de preços agrícolas	118,5	26,4	-47,5	-47,5	-73,9	-	-166,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	14,1	0,1	0,1	-13,9	-99,1%	0,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	22,2	8,8	-49,7	-49,7	-58,4	-	-71,9	-
Garantia à Sustentação de Preços	96,3	3,6	2,0	2,0	-1,5	-42,8%	-94,2	-97,9%
Pronaf	355,0	1.995,8	5,5	5,5	-1.990,3	-99,7%	-349,5	-98,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	437,3	2.206,5	13,0	13,0	-2.193,5	-99,4%	-424,3	-97,0%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-82,3	-210,7	-7,5	-7,5	203,2	-96,4%	74,8	-90,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	69,4	99,0	-8,8	-8,8	-107,8	-	-78,2	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	113,9	44,5	3,9	3,9	-40,5	-91,2%	-110,0	-96,6%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-44,5	54,6	-12,7	-12,7	-67,3	-	31,8	-71,4%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	0,0	23,1	21,3	21,3	-1,8	-7,8%	21,3	-
Álcool	0,0	29,1	0,0	0,0	-29,1	-100,0%	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	9,2	-18,9	-24,9	-24,9	-6,0	31,5%	-34,1	-
Funcafé	4,2	4,5	2,1	2,1	-2,4	-54,1%	-2,1	-50,8%
Revitaliza	0,0	11,6	0,0	0,0	-11,6	-100,0%	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5,9	5.108,7	3,8	3,8	-5.104,9	-99,9%	-2,2	-36,4%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	2,3	3,0	0,0	0,0	-3,0	-100,0%	-2,3	-100,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	156,9	146,7	0,0	0,0	-146,7	-100,0%	-156,9	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	135,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-135,2	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,7	23,2	0,0	0,0	-23,2	-100,0%	-0,7	-100,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{11/}	-54,2	-0,1	0,0	0,0	0,1	-100,0%	54,2	-100,0%
Proagro	38,1	98,2	0,0	0,0	-98,2	-100,0%	-38,1	-100,0%
PNAFE	8,7	-0,7	0,0	0,0	0,7	-100,0%	-8,7	-100,0%
PRODECER	0,0	7,7	0,0	0,0	-7,7	-100,0%	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,9	21,5	19,2	19,2	-2,3	-10,7%	8,3	76,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.718,8	22.087,7	19.910,3	19.910,3	-2.177,4	-9,9%	-1.808,5	-8,3%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	20.680,2	21.075,3	18.890,7	18.890,7	-2.184,6	-10,4%	-1.789,5	-8,7%
IV.4.1.1 PAC	4.082,7	3.155,4	2.506,3	2.506,3	-649,2	-20,6%	-1.576,5	-38,6%
d/q MCMV	2.140,0	605,4	569,2	569,2	-36,2	-6,0%	-1.570,8	-73,4%
IV.4.1.2 Demais	16.597,5	17.881,2	16.384,5	16.384,5	-1.496,8	-8,4%	-213,0	-1,3%
Min. da Saúde	7.798,2	8.263,5	7.860,3	7.860,3	-403,2	-4,9%	62,1	0,8%
Min. da Des. Social	2.836,1	2.656,2	2.613,6	2.613,6	-42,6	-1,6%	-222,6	-7,8%
Min. da Educação	2.672,8	3.083,2	2.439,0	2.439,0	-644,3	-20,9%	-233,8	-8,7%
Demais	3.290,4	3.878,3	3.471,6	3.471,6	-406,7	-10,5%	181,2	5,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	38,6	0,0	0,0	-38,6	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	1.038,6	1.012,4	1.019,6	1.019,6	7,1	0,7%	-19,0	-1,8%
Legislativo	143,4	177,6	145,6	145,6	-32,1	-18,1%	2,1	1,5%
Judiciário	708,8	616,8	653,8	653,8	37,0	6,0%	-55,0	-7,8%
Demais	186,4	218,0	220,2	220,2	2,2	1,0%	33,9	18,2%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
IV. DESPESA TOTAL	703.169,0	778.249,6	75.080,6	10,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	266.838,7	314.389,6	47.550,9	17,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	206.956,2	244.109,0	37.152,8	18,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.169,0	3.749,9	580,9	18,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	59.882,5	70.280,6	10.398,1	17,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	923,0	1.080,5	157,5	17,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	152.540,0	161.811,6	9.271,6	6,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.501,4	1.952,8	451,4	30,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	119.360,0	132.835,9	13.476,0	11,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	30.742,3	39.458,4	8.716,1	28,4%
Abono	3.856,4	13.672,8	9.816,4	254,5%
Seguro Desemprego	26.885,9	25.785,6	-1.100,3	-4,1%
d/q Seguro Defeso	2.394,8	1.051,9	-1.342,9	-56,1%
IV.3.2 Anistiados	147,0	143,0	-4,0	-2,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.900,0	2.900,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	251,7	-998,3	-79,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	627,0	356,0	-271,1	-43,2%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	28.278,8	32.486,3	4.207,4	14,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	566,3	580,6	14,3	2,5%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.926,3	3.569,0	-357,3	-9,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.856,7	2.698,0	841,3	45,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.311,4	13.427,5	-3.883,9	-22,4%
IV.3.10 Convênios	108,5	133,6	25,0	23,1%
IV.3.11 Doações	51,7	259,0	207,4	401,4%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	460,8	261,6	-199,2	-43,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.195,3	9.215,0	-980,4	-9,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	4.933,0	741,3	-4.191,7	-85,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.300,0	3.257,8	1.957,8	150,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	787,5	1.008,7	221,3	28,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	16.713,3	22.349,7	5.636,4	33,7%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	15.729,0	21.442,9	5.713,8	36,3%
Equalização de custeio agropecuário	1.655,5	1.727,6	72,2	4,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	913,3	2.943,3	2.030,0	222,3%
Política de preços agrícolas	437,5	-170,2	-607,6	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	114,0	80,8	-33,2	-29,1%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-60,4	-295,5	-235,1	389,4%
Garantia à Sustentação de Preços	383,8	44,5	-339,3	-88,4%
Pronaf	3.235,4	5.072,1	1.836,7	56,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3.334,0	5.314,4	1.980,4	59,4%
Concessão de Financiamento	-98,6	-242,3	-143,7	145,7%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	290,5	561,1	270,7	93,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	500,9	417,4	-83,5	-16,7%
Concessão de Financiamento	-210,4	143,7	354,2	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	292,5	269,9	-22,6	-7,7%
Alcool	47,4	56,6	9,2	19,3%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	56,0	-40,2	-96,2	-
Funcafé	42,7	52,9	10,2	23,9%
Revitaliza	2,4	26,0	23,6	998,8%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.415,7	10.206,5	2.790,8	37,6%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	392,3	0,0	-392,3	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	5,0	5,7	0,7	13,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	348,3	471,2	122,9	35,3%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	635,8	202,2	-433,6	-68,2%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	11,1	68,4	57,3	514,7%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-52,2	-10,3	41,9	-80,2%
Proagro	1.001,0	834,4	-166,6	-16,6%
PNAFE	-16,7	-73,3	-56,7	340,0%
PRODECER	0,0	145,8	145,8	-
IV.3.21 Transferências ANA	169,1	170,8	1,6	1,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	501,2	148,6	-352,6	-70,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	164.430,3	169.212,5	4.782,2	2,9%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	156.694,3	161.314,5	4.620,3	2,9%
IV.4.1.1 PAC	27.016,6	24.751,2	-2.265,4	-8,4%
d/q MCMV	10.096,3	4.168,5	-5.927,8	-58,7%
IV.4.1.2 Demais	129.559,5	136.446,4	6.886,9	5,3%
Min. da Saúde	58.641,7	63.000,1	4.358,4	7,4%
Min. do Des. Social	20.249,9	20.364,8	114,9	0,6%
Min. da Educação	22.215,6	21.712,4	-503,1	-2,3%
Demais	28.452,3	31.369,1	2.916,8	10,3%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	8,0	23,0	15,0	187,5%
IV.4.2 LEJU/MPU	7.736,1	7.898,0	161,9	2,1%
Legislativo	1.143,5	1.114,7	-28,8	-2,5%
Judiciário	5.327,9	5.136,2	-191,7	-3,6%
Demais	1.264,7	1.647,1	382,4	30,2%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de ago/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Ago	Jan-Ago	Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	
IV. DESPESA TOTAL	783.748,3	792.746,8	8.998,5	1,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	297.392,4	320.022,4	22.629,9	7,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	230.646,2	248.494,2	17.847,9	7,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.532,1	3.818,4	286,3	8,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	66.746,2	71.528,2	4.782,0	7,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.028,9	1.100,3	71,4	6,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	169.990,6	164.782,3	-5.208,3	-3,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.668,6	1.980,8	312,2	18,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	132.958,7	135.550,0	2.591,3	1,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	34.244,9	40.266,6	6.021,7	17,6%
Abono	4.223,0	14.012,0	9.788,9	231,8%
Seguro Desemprego	30.021,9	26.254,6	-3.767,3	-12,5%
d/q Seguro Defeso	2.698,8	1.077,6	-1.621,1	-60,1%
IV.3.2 Anistiados	164,0	145,8	-18,2	-11,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	2.912,8	2.912,8	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.440,5	256,4	-1.184,2	-82,2%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	701,5	362,4	-339,1	-48,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	31.521,5	33.081,5	1.560,0	4,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	633,2	592,4	-40,8	-6,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.373,0	3.635,3	-737,7	-16,9%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.068,8	2.764,9	696,1	33,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	19.279,4	13.719,3	-5.560,1	-28,8%
IV.3.10 Convênios	121,0	136,3	15,2	12,6%
IV.3.11 Doações	56,7	263,5	206,7	364,3%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	510,6	265,0	-245,6	-48,1%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	11.448,5	9.417,7	-2.030,8	-17,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	5.507,0	754,1	-4.752,9	-86,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.438,4	3.310,7	1.872,3	130,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	885,2	1.026,2	141,0	15,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.447,9	22.904,0	4.456,1	24,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	17.351,7	21.972,9	4.621,1	26,6%
Equalização de custeio agropecuário	1.828,0	1.776,4	-51,7	-2,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	999,4	3.022,4	2.023,0	202,4%
Política de preços agrícolas	478,6	-172,9	-651,6	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	125,0	83,6	-41,4	-33,1%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-69,0	-301,9	-232,9	337,3%
Garantia à Sustentação de Preços	422,7	45,4	-377,3	-89,3%
Pronaf	3.550,7	5.204,2	1.653,5	46,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3.658,0	5.447,6	1.789,6	48,9%
Concessão de Financiamento	-107,3	-243,4	-136,1	126,8%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	324,1	573,5	249,4	77,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	557,4	426,6	-130,8	-23,5%
Concessão de Financiamento	-233,3	146,8	380,2	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	333,3	276,3	-57,0	-17,1%
Álcool	52,9	57,8	4,9	9,3%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	61,1	-39,9	-101,0	-
Funcafé	47,8	53,9	6,1	12,8%
Revitaliza	2,7	26,5	23,8	896,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.170,2	10.438,2	2.268,0	27,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	448,4	0,0	-448,4	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	5,6	5,8	0,2	3,7%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	383,4	480,7	97,3	25,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	710,2	210,5	-499,7	-70,4%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	12,4	70,3	57,9	467,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-56,9	-10,7	46,2	-81,2%
Proagro	1.113,4	856,1	-257,3	-23,1%
PNAFE	-17,2	-75,2	-58,0	336,6%
PRODECER	0,0	150,2	150,2	-
IV.3.21 Transferências ANA	188,7	174,1	-14,6	-7,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	561,0	153,7	-407,3	-72,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	183.406,5	172.392,1	-11.014,4	-6,0%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	174.800,0	164.354,8	-10.445,2	-6,0%
IV.4.1.1 PAC	30.145,5	25.250,2	-4.895,3	-16,2%
d/q MCMV	11.259,4	4.247,0	-7.012,4	-62,3%
IV.4.1.2 Demais	144.523,7	138.986,2	-5.537,5	-3,8%
Min. da Saúde	65.422,4	64.154,7	-1.267,7	-1,9%
Min. do Des. Social	22.579,1	20.742,4	-1.836,7	-8,1%
Min. da Educação	24.774,8	22.137,0	-2.637,8	-10,6%
Demais	31.747,5	31.952,1	204,7	0,6%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	130,8	118,4	-12,4	-9,5%
IV.4.2 LEJU/MPU	8.606,5	8.037,3	-569,2	-6,6%
Legislativo	1.273,7	1.133,5	-140,1	-11,0%
Judiciário	5.927,4	5.228,3	-699,1	-11,8%
Demais	1.405,5	1.675,5	270,0	19,2%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Ago/2015						Jan-Ago/2016					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	105.098,1	25.120,9	10.739,9	9.266,1	27.191,5	36.457,6	62.324,3	25.636,0	10.320,6	9.850,7	24.418,5	34.269,2
Câmara dos Deputados	256,6	23,6	8,2	7,5	54,7	62,2	33,6	4,9	1,6	1,4	26,0	27,4
Senado Federal	66,8	6,2	2,7	2,6	27,1	29,7	35,2	12,7	4,2	4,2	32,8	37,0
Tribunal de Contas da União	93,7	42,3	3,6	3,6	50,3	53,8	61,3	37,1	5,5	5,5	61,8	67,3
Supremo Tribunal Federal	48,3	10,5	2,0	2,0	5,9	7,9	6,4	2,3	1,4	1,4	3,7	5,1
Superior Tribunal de Justiça	59,8	13,1	3,8	3,7	9,8	13,5	13,9	0,8	0,4	0,4	9,8	10,2
Justiça Federal	505,8	42,1	12,9	12,8	149,8	162,6	171,9	180,3	10,4	10,3	146,2	156,5
Justiça Militar	17,6	3,9	0,6	0,6	3,3	3,9	1,0	0,3	0,1	0,1	3,3	3,4
Justiça Eleitoral	445,5	50,7	11,1	10,9	170,1	180,9	186,1	30,7	8,1	7,8	207,9	215,7
Justiça do Trabalho	515,3	107,0	27,0	25,7	211,6	237,4	152,4	22,5	8,6	8,5	159,0	167,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	101,7	22,4	8,0	7,9	23,0	30,9	32,0	8,2	1,3	1,3	49,8	51,1
Conselho Nacional de Justiça	97,9	1,2	0,1	0,1	25,9	26,0	59,4	4,3	1,2	1,2	34,5	35,7
Presidência da República ^{5/}	4.296,2	1.785,7	1.439,1	1.436,1	783,8	2.219,8	3.507,5	1.426,1	1.067,4	1.064,0	607,1	1.671,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	379,0	6,1	2,8	0,7	348,5	349,2	277,4	11,4	6,2	6,2	97,6	103,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.503,5	82,2	15,1	8,7	386,1	394,8	938,1	359,9	53,1	8,3	246,0	254,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.069,9	174,4	132,8	36,8	420,2	456,9	627,6	255,6	112,4	49,8	297,3	347,1
Ministério da Fazenda	1.331,0	221,1	93,1	91,2	533,8	625,1	1.898,0	836,3	697,0	693,6	224,1	917,7
Ministério da Educação	14.240,8	2.364,8	625,0	476,8	3.545,7	4.022,5	6.637,9	1.735,4	601,2	517,1	3.128,5	3.645,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	282,4	6,9	3,4	3,4	16,9	20,3	255,4	8,4	2,1	2,1	2,6	4,7
Defensoria Pública da União	65,1	17,1	10,1	10,1	8,9	19,0	21,5	6,7	5,8	2,8	9,7	12,5
Ministério da Justiça	1.690,7	124,6	28,5	15,6	403,4	419,0	1.043,4	284,4	71,8	66,0	446,2	512,2
Ministério de Minas e Energia	161,6	37,6	14,8	14,0	80,2	94,2	5.757,0	1.012,6	1.005,1	1.001,7	25,2	102,6
Ministério da Previdência Social	101,5	16,2	5,2	3,9	34,3	38,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,4
Ministério Público da União	454,2	87,8	20,3	20,3	144,0	164,3	185,5	31,1	8,2	8,2	189,3	197,5
Ministério das Relações Exteriores	54,5	10,4	9,7	8,2	5,0	13,2	32,3	4,8	4,3	4,3	4,2	8,5
Ministério da Saúde	10.692,2	1.199,8	803,7	488,6	1.467,8	1.956,4	6.917,8	2.201,6	692,2	617,8	2.028,7	2.646,5
Ministério do Trabalho e Emprego	146,0	17,7	0,7	0,7	24,0	24,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	3,8
Ministério dos Transportes	14.510,5	5.803,0	1.510,4	804,2	6.232,6	7.036,7	8.417,3	5.042,3	1.558,1	1.441,6	5.703,0	7.144,6
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	157,8	12,4	4,6	4,0	24,8	28,8
Ministério das Comunicações	1.027,2	434,9	210,9	210,4	17,0	227,4	554,1	394,0	389,4	389,0	27,7	416,7
Ministério da Cultura	403,2	71,3	24,2	18,5	111,0	129,5	204,0	88,4	39,4	35,2	95,2	130,4
Ministério do Meio Ambiente	209,9	14,5	3,5	3,4	22,4	25,8	135,8	8,5	2,4	2,1	35,6	37,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.868,5	295,1	46,9	42,5	266,1	308,6	1.318,0	296,4	57,7	51,8	236,0	287,8
Ministério do Esporte	2.460,4	820,2	45,7	45,7	626,7	672,5	1.042,2	537,4	20,0	19,6	485,1	504,7
Ministério da Defesa	11.692,7	4.012,9	1.219,0	1.063,8	3.089,9	4.153,6	7.652,6	4.722,1	1.230,7	1.179,9	4.360,6	5.540,5
Ministério da Integração Nacional	5.363,3	1.258,6	416,5	408,6	2.065,2	2.473,8	5.136,7	1.851,6	471,7	466,8	1.639,1	2.105,9
Ministério do Turismo	1.470,6	39,1	1,8	1,8	236,8	238,7	587,6	331,8	0,6	0,5	255,4	259,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	500,4	27,9	0,1	0,1	120,9	120,9	263,9	140,1	24,9	24,9	296,7	321,6
Ministério das Cidades	25.382,8	5.865,4	3.976,5	3.974,6	5.454,9	9.429,5	7.871,7	3.732,2	2.151,2	2.151,0	3.196,6	5.347,7
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	95,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	443,1	0,2	0,0	0,0	10,1	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2
Conselho Nacional do Ministério Público	3,1	0,1	0,0	0,0	2,8	2,8	0,7	0,2	0,0	0,0	2,1	2,2
Advocacia Geral da União	85,0	2,2	0,1	0,1	1,0	1,1	34,2	0,0	0,0	0,0	12,9	12,9

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença Ago/16 Jul/16	Variação (%)	Diferença Ago/16 Ago/15	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	31.951,2	55.094,1	16.465,1	-38.629,0	-42,0%	-15.486,1	-48,5%
Emissão de Títulos	23.110,0	45.288,9	5.953,8	-39.335,0	-86,9%	-17.156,1	-74,2%
Remuneração das Disponibilidades	7.945,0	8.840,8	9.544,5	703,7	8,0%	1.599,5	20,1%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	896,2	964,4	966,7	2,3	0,2%	70,5	7,9%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	6.380,0	57.511,5	42.500,0	-15.011,5	-26,1%	36.120,0	566,1%
Resgate de Títulos	0,0	44.858,8	35.000,0	-9.858,8	-22,0%	35.000,0	-
Encargos da DPMF	6.380,0	12.652,7	7.500,0	-5.152,7	-40,7%	1.120,0	17,6%
3. RESULTADO (1 - 2)	25.571,2	-2.417,5	-26.034,9	-23.617,5	976,9%	-51.606,1	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2015 Jan-Ago	2016 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	Variação (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	240.731,5	324.930,7	84.199,2	35,0%
Emissão de Títulos	87.243,4	87.165,9	-77,5	-
Remuneração das Disponibilidades	54.114,9	73.405,6	19.290,7	35,6%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	6.367,8	8.073,2	1.705,4	26,8%
Resultado do Banco Central	93.005,4	156.285,9	63.280,6	-
2. DESPESAS NO BACEN	185.600,0	228.761,0	43.161,0	23,3%
Resgate de Títulos	134.262,0	172.500,0	38.238,0	28,5%
Encargos da DPMF	51.338,0	56.261,0	4.923,0	9,6%
3. RESULTADO (1 - 2)	55.131,5	96.169,7	41.038,2	74,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença Ago/16 Jul/16	Variação (%)	Diferença Ago/16 Ago/15	Variação (%)
	Agosto	Julho	Agosto				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	60.758,3	70.746,1	57.267,0	-13.479,1	-19,1%	-3.491,4	-5,7%
I.1.1 Imposto de Importação	3.391,1	2.384,2	2.796,1	411,9	17,3%	-595,0	-17,5%
I.1.2 IPI	3.944,7	3.320,1	3.505,1	185,0	5,6%	-439,6	-11,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	409,0	249,0	306,1	57,1	22,9%	-102,9	-25,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	165,4	164,3	203,5	39,1	23,8%	38,1	23,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	315,9	202,4	206,0	3,6	1,8%	-109,9	-34,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.421,7	1.008,8	1.140,6	131,8	13,1%	-281,1	-19,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.632,8	1.695,5	1.648,9	-46,6	-2,7%	16,1	1,0%
I.1.3 Imposto de Renda	20.738,5	30.088,5	21.664,9	-8.423,5	-28,0%	926,4	4,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.043,1	2.562,6	2.242,0	-320,7	-12,5%	198,9	9,7%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	6.360,6	13.746,5	6.368,0	-7.378,5	-53,7%	7,3	0,1%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	12.334,8	13.779,4	13.055,0	-724,3	-5,3%	720,2	5,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.972,9	7.440,3	7.520,0	79,7	1,1%	547,1	7,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.085,2	3.408,8	3.321,2	-87,6	-2,6%	236,1	7,7%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.484,7	2.087,4	1.436,3	-651,1	-31,2%	-48,4	-3,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	792,0	842,8	777,5	-65,3	-7,8%	-14,5	-1,8%
I.1.4 IOF	3.012,7	2.856,8	2.678,0	-178,8	-6,3%	-334,7	-11,1%
I.1.5 COFINS	16.913,9	17.350,8	16.394,1	-956,7	-5,5%	-519,8	-3,1%
I.1.6 PIS/PASEP	4.386,4	4.541,7	4.323,1	-218,6	-4,8%	-63,2	-1,4%
I.1.7 CSLL	3.408,8	7.915,2	3.588,8	-4.326,4	-54,7%	180,0	5,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
I.1.9 CIDE Combustíveis	463,7	456,7	423,3	-33,4	-7,3%	-40,4	-8,7%
I.1.10 Outras	4.498,5	1.832,0	1.893,5	61,5	3,4%	-2.604,9	-57,9%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015 Jan-Ago	2016 Jan-Ago	Diferença Jan-Ago/16 Jan-Ago/15	Variação (%)
I.1 - Receita Administrada pela RFB	534.505,4	539.056,0	4.550,6	0,9%
I.1.1 Imposto de Importação	26.367,0	21.094,2	-5.272,7	-20,0%
I.1.2 IPI	32.641,1	28.898,7	-3.742,4	-11,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.716,9	3.693,4	-23,5	-0,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.751,4	1.588,0	-163,5	-9,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.753,7	1.858,0	-895,7	-32,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	11.327,5	8.922,3	-2.405,2	-21,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	13.091,6	12.837,0	-254,5	-1,9%
I.1.3 Imposto de Renda	217.684,5	228.043,4	10.358,9	4,8%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	20.952,4	21.954,0	1.001,6	4,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	82.110,7	84.557,1	2.446,5	3,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	114.621,4	121.532,3	6.910,9	6,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	61.889,4	64.776,6	2.887,2	4,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	30.250,2	35.106,8	4.856,6	16,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	15.318,2	14.983,5	-334,7	-2,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	7.163,6	6.665,5	-498,1	-7,0%
I.1.4 IOF	22.876,4	22.309,4	-567,0	-2,5%
I.1.5 COFINS	132.973,5	135.232,3	2.258,8	1,7%
I.1.6 PIS/PASEP	35.718,7	36.143,2	424,5	1,2%
I.1.7 CSLL	44.003,7	48.813,1	4.809,3	10,9%
I.1.8 CPMF	0,9	0,2	-0,7	-79,4%
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.453,7	3.732,6	2.278,8	156,8%
I.1.10 Outras	20.785,9	14.788,8	-5.997,1	-28,9%

Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em agosto de 2016 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -7,3% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 9,9 bilhões, ante R\$ 8,0 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2015			2016			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Até Agosto	Julho	Agosto	Até Agosto	Ago/16 Jul/16	Ago/16 Ago/15	Até Ago/16 Ago/15
FPM	4.136,0	4.837,4	44.182,6	4.088,5	5.070,2	43.861,6	24,0%	4,8%	-0,7%
FPE	3.952,2	4.622,4	42.218,9	3.906,7	4.844,9	41.912,2	24,0%	4,8%	-0,7%
IPI - Exp	293,7	312,5	2.614,1	253,8	256,4	2.189,8	1,0%	-17,9%	-16,2%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%)

Obs. 2: valores não incluem os repasses das EC's 55 e 84.

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	20,3%	24,0%	20,3%	24,0%	14,3%	1,0%

Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

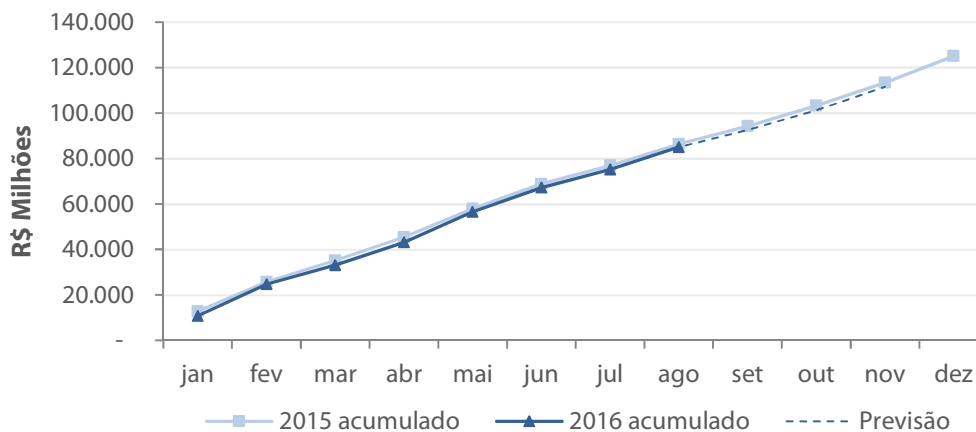
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Setembro	Outubro	Novembro
FPM	-23,8%	14,0%	20,0%
FPE	-23,8%	14,0%	20,0%
IPI - EXP	13,0%	7,0%	8,0%

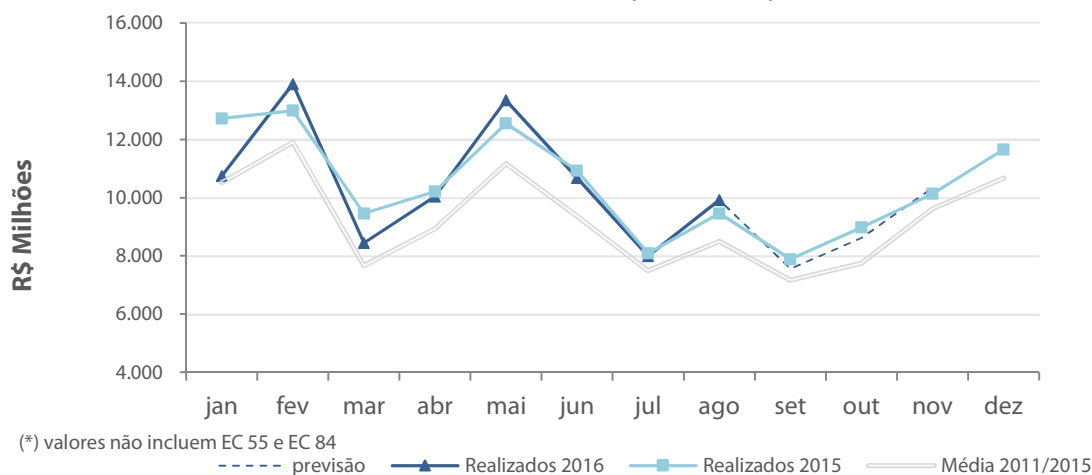
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2016 a 20/08/2016, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
JUL/3º DEC	2.150,0	13.972,9	16.122,9	AGO/1º DEC	2.773,1	2.902,1	172,0	5.847,3
AGO/1º DEC	747,6	8.872,0	2.865,3	AGO/2º DEC	492,8	515,8	59,8	1.068,4
AGO/2º DEC	307,9	8.872,0	9.179,8	AGO/3º DEC	1.578,9	1.652,4	24,6	3.255,9
TOTAL	3.205,4	24.962,6	28.168,0	TOTAL	4.844,9	5.070,2	256,4	10.171,6

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	26.989,8	165.744,1	16,7
Alagoas	AL	120.729,4	201.552,8	143,6
Amazonas	AM	77.751,2	135.192,2	1.725,7
Amapá	AP	19.847,7	165.308,1	509,7
Bahia	BA	472.002,2	455.236,8	12.411,9
Ceará	CE	251.539,5	355.465,7	1.838,4
Distrito Federal	DF	8.593,6	33.439,5	423,0
Espírito Santo	ES	89.118,6	72.673,5	16.152,0
Goiás	GO	185.837,0	137.745,4	6.287,0
Maranhão	MA	210.403,4	349.714,8	3.330,2
Minas Gerais	MG	665.537,3	215.816,2	30.792,2
Mato Grosso do Sul	MS	75.278,5	64.534,1	5.028,2
Mato Grosso do Sul	MT	92.466,5	111.815,5	3.709,0
Pará	PA	177.872,5	296.120,5	13.650,2
Paraíba	PB	163.804,5	232.017,6	269,0
Pernambuco	PE	249.189,9	334.308,0	1.329,5
Piauí	PI	134.449,7	209.367,6	60,6
Paraná	PR	342.383,7	139.688,2	21.446,1
Rio de Janeiro	RJ	149.044,3	74.015,6	46.308,1
Rio Grande do Norte	RN	125.469,4	202.415,2	315,2
Rondônia	RO	44.728,6	136.413,1	936,6
Roraima	RR	25.212,1	120.187,5	4,7
Rio Grande do Sul	RS	342.847,1	114.087,8	22.854,0
Santa Catarina	SC	197.740,6	62.005,1	15.255,2
Sergipe	SE	73.728,1	201.320,3	79,2
São Paulo	SP	675.649,4	48.449,0	51.286,6
Tocantins	TO	72.032,8	210.268,8	270,2
TOTAL		5.070.247,4	4.844.902,9	256.432,9

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 726, de 4 de dezembro de 2015, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 201, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Ou ligue (61) 3482-6060 para consultar os fatores de multiplicação para o mês de referência

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br